



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ELISIANE ANGÉLICA ARSEGO CONSORTE

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO/NO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE/RS

ERECHIM

2017

ELISIANE ANGÉLICA ARSEGO CONSORTE

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção de grau em Licenciando em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim.

Orientador: Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos

ERECHIM

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Consorte, Elisiane Angélica Arsego
EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO
NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE/RS/ Elisiane Angélica
Arsego Consorte. -- 2018.
f.

Orientador: Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
pedagogia , Erechim, RS , 2018.

1. Fechamento das Escolas do Campo. 2. Políticas
Públicas. 3. Salas multisseriadas . 4. Processo de
Ensino/Aprendizagem.. I. Santos, Prof. Dr. Almir Paulo
dos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.
III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELISIANE ANGÉLICA ARSEGO CONSORTE

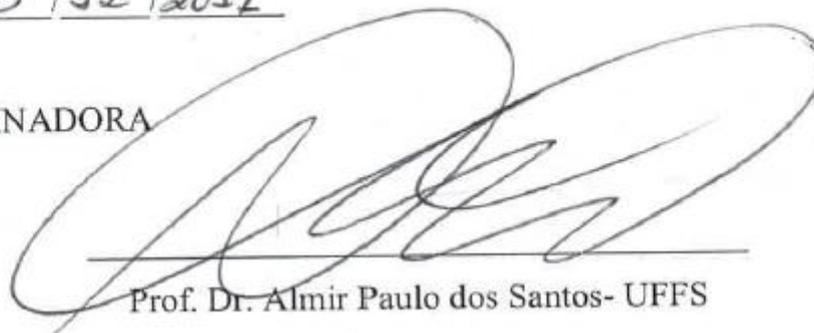
**EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciada em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira sul.

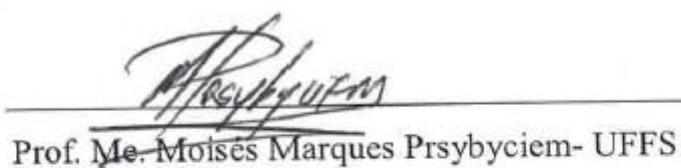
Orientador: Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos

Aprovado em: 13 / 12 / 2017

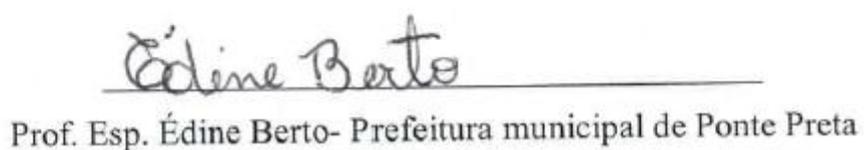
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos- UFFS



Prof. Me. Moisés Marques Prsybyciem- UFFS



Prof. Esp. Édine Berto- Prefeitura municipal de Ponte Preta

Dedico este trabalho a minha família, especialmente ao meu marido e ao meu filho, pelo apoio e incentivo. Agradeço a todos que de alguma maneira colaboraram para meu desenvolvimento pessoal nesta etapa que se conclui. Aos professores que fizeram parte desse processo, em especial ao Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos o qual me possibilitou total autonomia para ser autora do meu próprio trabalho, mas sempre se fez presente como orientador, colaborando quando necessário.

AGRADECIMENTOS

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização desse trabalho, em especialmente ao meu marido Diogomar Rovani e ao meu filho Henrique Gabriel Consorte Rovani pela força em que eles me davam quando eu pensava em desistir de tudo, mas eles mesmos não falando nada, apenas com um olhar ou um abraço, me faziam lutar contra meus maus pensamentos e continuar a caminhada.

A minha sogra Maria Rovani por me ajudar nos cuidados do meu filho para que eu conseguisse concluir a minha graduação e a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus pais Adriana e Pedro Consorte, meus irmãos Elisandro e Geovandro e aos meus avós Helena e Luíz Arsego por sempre me incentivarem a estudar desde o ensino fundamental até agora na graduação. Lembro que sempre ouvi e ainda ouço deles a seguinte frase: “Estudar é muito importante para ser algo na vida, por isso sempre estude e dê o melhor de você em seus estudos”.

Ao meu orientador o Professor Doutor Almir Paulo dos Santos pela compreensão que teve comigo em vários momentos, desde o projeto até a escrita deste trabalho. São poucas as pessoas que são humanas e compreendem os outros, colocar-se no lugar do outro. Foi assim em que me senti durante esta caminhada que tive com o meu orientador, uma pessoa humilde e de grande caráter, só tenho agradecer e muito á ele por tudo.

Às minhas amigas Itamara Maria Hirschheiter, Morgane Carraro, Roseli Marisa Aschidamini e Bruna Puerari que sempre estiveram ao meu lado me dando incentivo, tirando dúvidas e me ajudando no meu crescimento tanto pessoal como profissional. Obrigado á elas por me ouvirem e me aconselharem em vários momentos da graduação e na vida pessoal, com certeza serão amizades em que levarei para a vida inteira.

Agradecimentos especiais para Odacir e Jucélia Vanzetto por terem me ajudando para que conseguisse me inscrever para que o tão sonhado sonho de cursar a faculdade fosse realizado.

Aos meus grandes amigos Tatiana e Carlos Longo por terem me acolhido em sua casa no inicio da minha graduação.

Obrigado meu Deus por ter me dado oportunidade de ter conseguido cursar a faculdade de Licenciatura em Pedagogia e ainda ter conseguido essa proeza em Universidade Federal.

“A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito identificar quais as implicações que resultam no fechamento das Escolas do Campo no Município de Barão de Cotegipe/RS. Para tanto foi realizada análise documental, bem como uma pesquisa de campo sobre o fechamento destas Escolas no referido Município. O problema a ser enfrentado, consiste em identificar as implicações políticas e educacionais que resultam na cessação destas instituições de ensino em Barão de Cotegipe. Arroyo (2005); Caldart (2005) e Molina (2005) defendem o direito que os povos do camponeses devem pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, da terra em que pisam, construindo sujeitos de história e de direitos; sujeitos coletivos em sua formação. Sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos de luta por seus direitos, historicamente retirados. A metodologia é de cunho qualitativo a partir de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos referente ao fechamento das Escolas do Campo no Município. Para da conta dessa problemática apresentaremos num primeiro momento a educação do/no campo e seu marcos históricos e normativos no Brasil, adentrando num segundo momento no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a cessação destas Escolas localizadas na zona rural a nível estadual e para finalizar uma abordagem analítica e documental sobre o fechamento das Escolas do Campo no município de Barão de Cotegipe, foco dessa investigação. Evidenciamos que o fechamento das Escolas do Campo ocasiona um empobrecimento das comunidades da área rural, pois a escola é uma das grandes referências para a comunidade e seus sujeitos. Fechar a escola e desorganizar a comunidade e seus sujeitos. Outro ponto que foi relevante durante a pesquisa é o despreparo na formação das professoras que atuam em turmas multisseriadas, já que não possuem nenhuma formação específica para tal.

Palavras-Chave: Fechamento das Escolas do Campo. Políticas Públicas. Salas multisseriadas. Processo de Ensino/Aprendizagem.

ABSTRACT

The present work aims to identify the implications that result in the closure of Campo Schools in the municipality of Barão de Cotegipe / RS. For that, a documentary analysis was carried out, as well as a field research on the closure of the Campo do Município Schools. The problem to be faced is to identify the political and educational implications that result in the closure of Field Schools in the municipality. Arroyo (2005); Caldart (2005) and Molina (2005) defend the right of rural people to think about the world from where they live, from the land on which they tread, by constructing subjects of history and rights; collective subjects in their formation. Social, cultural, ethical and political subjects of struggle for their rights, historically withdrawn. The methodology is qualitative based on semi-structured interviews and analysis of documents referring to the closure of rural schools in the Municipality. In order to take account of this problem, we will first present the education of the field and its historical and normative frameworks in Brazil, entering a second moment in the State of Rio Grande do Sul, analyzing the closure of the state schools in the field and to finalize a an analytical and documentary approach on the closure of rural schools in the municipality of Barão de Cotegipe, the focus of this research. We show that the closure of rural schools causes an impoverishment of rural communities, since school is one of the great references for the community and its subjects. Close school and disorganize the community and its subjects.

Key Words: Closing the Field Schools. Public policy. Multisseriat rooms. Teaching / Learning Process.

SUMÁRIO

1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	12
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3. EDUCAÇÃO DO CAMPO MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS NO BRASIL.....	21
4. FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL.....	31
4.2 FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO EM BARÃO DE COTEGIPE - RS	40
5. SALAS MULTISSERIADAS E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO CAMPO	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
7. REFERÊNCIAS	65
8. APÊNDICE.....	67

1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A educação do/no campo nasce das demandas dos movimentos sociais camponeses na construção de uma política de educação que compreende o campo como um espaço de vida, de identidade, e de uma cultura que lhe é própria. Pesquisar essa realidade do campo se torna importante não só pelo contexto da vida do campo, mas pelas Escolas do Campo, lugar de reflexão, de práticas pedagógicas, de ensino aprendizagem, como de sustentação da identidade do campo. Desse modo, temos observado que nos últimos anos muitas escolas do campo vêm sendo fechadas por diversos motivos, dentre eles a falta de alunos e o alto custo para manter ativas as escolas, bem como as questões ideológicas. Esta pesquisa tem como foco compreender como que há tantas Escolas do Campo vem sendo fechadas no município de Barão de Cotegipe e suas consequências para que o jovem não permaneça no campo. Outro aspecto a ser observado é o fechamento destas escolas e o êxodo rural, contribuindo, também, para o fechamento das Escolas do Campo, justamente pelo número baixo de família que permanecem no campo.

O tema *“Educação do Campo e o Fechamento das Escolas do Campo no Município de Barão de Cotegipe/RS”*, foi escolhido devido ao interesse relativo á educação do campo e suas questões sobre o contexto educacional rural, que a cada dia se torna mais precário. O método da multisseriação adotado em muitas Escolas do Campo, nem sempre tem demonstrado um bom desempenho no processo de ensino e aprendizagem, já que o professor não consegue abranger na totalidade os conteúdos para cada turma. Segundo Cunha e Júnior (2014), o professor precisa se desdobrar entre uma turma e outra, um planejamento adaptado para trabalhar todos os anos, e na maioria das vezes ele tem que ser o professor, o servente, o médico, psicólogo, o professor itinerante, é isso mesmo, o professor itinerante, porque nas classes multisseriadas também se encontra crianças com alguma deficiência e que realmente precisam de um profissional responsável para prestar-lhe um atendimento adequado.

Os professores de multisserie sofrem inúmeras angustias, os mesmos em sua longa e árdua tarefa tende a se desdobrar entre planejamento, anos e alunos de diversas idades e na maioria das vezes seu trabalho é pouco visto pelas secretarias de educação, pois estes por sua vez só sabe cobrar perfeição e nada fazem para facilitar a vida do educador. Não oferecem apoio pedagógico, moral e ético, ou seja, o professor sozinho desenvolve seu trabalho de tal maneira que possa agradar a secretaria, e esta por sua vez não oferece qualidade nenhuma, apenas quer que seja oferecida uma quantidade favorável que venha agradar o sistema, porque o que interessa é o sistema, o professor e alunos estão sempre em segundo plano.

A educação do campo tem seu currículo pensado de maneira diferenciada em relação às escolas urbanas, possibilitando o desenvolvimento social mais próximo aos recursos naturais, com suas vivências culturais e sua identidade. Trabalha com diversas peculiaridades que permeiam a vida no campo, esclarecendo e resgatando a cultura local relativa à vida dos trabalhadores da área rural. A Escola do campo deveria ter um Projeto Político Pedagógico e um currículo voltado para atender as dinâmicas sociais e culturais dos sujeitos do campo, respeitando suas necessidades e especificidades. Todavia, em grande parte das escolas isso não ocorre.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as implicações políticas e educacionais que possibilitou o fechamento das Escolas do Campo no Município de Barão de Cotegipe. Para dar conta dessa problemática buscaremos investigar os processos históricos, legais e políticos sobre o fechamento das Escolas no Brasil, como analisar as implicações políticas e educacionais que propiciaram o fechamento das Escolas do Campo no Município de Barão de Cotegipe e para finalizar propor espaços formativos de debates e discussões a partir das análises identificadas sobre o fechamento das Escolas do Campo no Município de Barão de Cotegipe, tendo por finalidade melhorar o ensino e aprendizagem dos sujeitos do campo.

Esta pesquisa visa discutir sobre as principais causas que levam o fechamento das escolas do campo, analisando os processos de aprendizagem no ensino multisseriado, como evidenciando, quais os benefícios e dificuldades que norteiam esta proposta de trabalho. Por fim, quais as perspectivas que as políticas públicas para a Educação do Campo na atualidade.

Dentro das condições atuais das políticas públicas brasileira, a Educação do Campo vem sendo cada vez mais precária, sendo que atualmente muitas escolas estão sendo desativadas e os estudantes migram para a cidade com o intuito de continuarem ou iniciarem sua formação acadêmica.

Partindo desta premissa podemos identificar outros fatores que são extremamente cruciais para que ocorra esse processo de desativação de muitas Escolas do campo. Primeiramente, aponta-se a falta de alunos que residem no meio rural e conseqüentemente trazem a tona outro fator, a falta de recursos, para melhorias na estrutura física destas instituições de ensino, tais como a alimentação dos estudantes (calculada com base no censo escolar), o uso de materiais didáticos, como computadores, livros, lousas, entre outros. Esses fatores são visivelmente identificados historicamente na educação do campo, no Estado do Rio Grande do Sul, como em outros Estados do País. Arroyo (2005) analisa em diversos estados do Brasil, que as mudanças dos governos municipais, também têm implicação no

fechamento de escolas do campo e os alunos são “jogados” de uma escola para outra. O autor afirma ainda que não existe um sistema, uma dinâmica própria, que esteja acima do novo administrador do município ou do Estado. Por isso, que muitas Escolas do Campo são cessadas. Atualmente, administradores municipais e seus representantes, não percebem, por questões políticas ou outras, que o fechamento da escola do campo, implica também na não permanência das famílias no campo, em consequência a precarização na estrutura municipal, tanto no aspecto econômico, como social e cultural.

Outro ponto evidente nas Escolas do Campo é a falta de alunos. A solução adotada pelas escolas internamente é a multisseriação das turmas. Os que permanecem na instituição tem uma formação precária. Alguns municípios têm implantando a nucleação entre as próprias Escolas do Campo, tentando evitar que os alunos não saiam completamente do seu contexto. Ferreira e Brandão (2012) enfatizam que o principal fator, em que se tornou mais evidente diante da diminuição das populações rurais, é a justificativa da insustentabilidade financeira para manter as escolas no campo. É mais viável trazer estes estudantes do campo para as escolas da cidade, os gastos financeiros são menores, tanto para o Estado, como para o Município. Sabendo que é dever do Estado a Educação para os povos do campo, o que inclui a manutenção das Escolas do Campo.

Porém, diante deste processo de migração dos estudantes do campo para a cidade, ocorre uma ruptura na identidade destes alunos, que são submetidos a uma reconstrução sociocultural nesse processo formativo. A escola da cidade mesmo ciente da presença destes novos alunos continua trabalhando na perspectiva de homogeneidade nas suas práticas pedagógicas. Para Albuquerque (apud PERIPOLLI; ZOIA 2011) os estudantes que antes eram de escolas do campo são considerados pelas escolas urbanocêntricas, como alunos com dificuldades no ensino e aprendizagem - “atraso”. Como podemos falar de uma educação inclusiva e democracia em um país em que a própria escola e o sistema educacional excluem da sociedade estes estudantes? Como as políticas neoliberais têm contribuindo para o fechamento das Escolas do Campo?

Nas palavras de Antonio e Lucini (2007), eles abordam bem essa questão excludente em que a Educação do Campo é vislumbrada por muitos indivíduos e até mesmo pelos nossos representantes, tanto nas esferas municipais e estaduais tanto na esfera federal:

“a ação deformadora” da educação rural estabelece, no plano de relações entre cidade-campo, uma dominação do urbano sobre o rural que exclui o rurícola da totalidade definida pela representação urbana da realidade. Com esse entendimento, é possível concluir pelo esvaziamento do rural, como referência no processo de

constituição de identidades, desestruturando a hipótese de um projeto de desenvolvimento apoiado na perspectiva de educação rural (p.4).

Ao contrário de constituir-se numa ação “compensatória”, tal como pressuposto na concepção de Educação do Campo, tem um caráter “emancipatório”, uma vez que deve garantir as condições necessárias para que os sujeitos do campo possam pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura.

Os principais argumentos para a nucleação estavam relacionados a serem as escolas dos espaços rurais tidas como inferiores, devido trabalharem com a metodologia de salas multisseriadas e uni docentes, professores com qualificação menor para o trabalho, como visto, denominados de Regentes de Ensino. Aliado a estes, temos também motivos referentes a estabelecimentos em condições precárias, poucos recursos pedagógicos e bibliotecas de baixo acervo. Segundo a Secretaria de Educação, tais aspectos eram considerados obstáculos à educação de qualidade (BERTO, 2014, p.83).

Outro fator que é preocupante nas Escolas do Campo é a luta para que as escolas não sejam fechadas, pois os próprios sujeitos percebem que o fechamento das escolas do campo, ocasiona a diminuição da população no contexto da comunidade. A escola sempre foi à referência para a comunidade, desde a formação histórica das culturas brasileiras. Também, a própria comunidade sente-se preocupada com a multisseriação do ensino de seus filhos. Alguns questionamentos são considerados pertinentes: como ocorre o processo de ensino e aprendizagem nestas turmas? Há realmente aprendizado por parte dos estudantes? Que metodologias adotar nestas salas que possuem alunos em diferentes momentos de sua formação acadêmica?

A metodologia utilizada na pesquisa é de análise qualitativa, com análise de documentos sobre o fechamento das escolas de campo e de entrevista semiestruturadas com uma das escolas que ainda estão em funcionamento no município, na qual foi estudante em todo meu ensino fundamental. Para tanto, as professoras entrevistadas foram todas que estavam lecionando no dia em a pesquisa foi realizada, sem critério pré-estabelecidos, somente com o intuito de evidenciar o contexto das práticas no ensino aprendizagem. Para tanto, este trabalho foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, é feita a caracterização do trabalho, sendo exposto o que será tratado no presente trabalho; no segundo capítulo apresenta-se um breve marco histórico e normativo do Brasil; em seguida no terceiro capítulo tratará sobre o fechamento das Escolas do Campo no Rio Grande do Sul. Neste capítulo aborda-se um subcapítulo intitulado o fechamento das Escolas do Campo em Barão de Cotegipe Rio Grande do Sul. No quarto capítulo faremos uma abordagem sobre as salas multisseriadas e o processo de ensino e aprendizado nas Escolas do Campo. O trabalho encerra com as considerações finais, que afirma que o fechamento das Escolas do Campo é

um processo que vem ocorrendo cada vez com mais frequência nos pequenos municípios, havendo desta forma uma descaracterização do povo do campo, por ter seu contexto por muitas vezes desconsiderados pelas escolas urbanas, local aonde são nucleados estes alunos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada na pesquisa é de cunho qualitativa, com entrevista semiestruturada em uma das escolas do campo do município de Barrão de Cotegipe que tem na sua organização interna as salas multisseriadas, sendo que o público alvo da entrevista foi realizada com as professoras que estavam presentes no dia em que foi feita essa coleta de dados, posteriormente foi realizada uma análise documental e de revisão bibliográfica referente ao fechamento das escolas do campo no Brasil. A pesquisa qualitativa, de acordo Minayo (2001), busca responder á questões muito particulares. Este tipo de pesquisa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa bibliográfica tem como pressuposto uma análise de pesquisas feitas sobre a temática para sua fundamentação teórica. Dissertar sobre vários autores que falam sobre o tema, tanto positivamente quanto negativamente, cada um com seu ponto de vista. A partir dessa análise o dissertador tira suas próprias conclusões e as defende. Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir dos registros de documentos, livros, artigos, teses etc. São dados produzidos por outros pesquisadores e que apontam caminhos a seguir, novos horizontes de pesquisas, sem repetir o que já foi realizado. Isso significa que o pesquisador enriquece seu trabalho a partir das contribuições de outros autores, a partir dos estudos analíticos propostos nos textos.

Para tanto também faremos um pesquisa em *locus* no município de Barão de Cotegipe, para identificarmos quantas Escolas do Campo foram fechadas no município nos últimos anos, para tal será feito um levantamento documental na Secretária de Educação do município com o intuito de averiguar os motivos que levam ao fechamento quase que total das Escolas do Campo de Barão de Cotegipe, fazendo com que os alunos sejam nucleados para as escolas da cidade.

Outro ponto que será pesquisado é como acontece o processo de ensino e aprendizagem nas salas multisseriadas, com as professoras que atuam na Escola Estadual de Ensino Fundamental São José. Primeiramente foi feita apresentação da acadêmica ás professoras, posteriormente entregue o termo de consentimento (Apêndice I). Todas concordaram participar da entrevista. Foram entrevistadas quatro professoras que atuam nos

anos finais do Ensino Fundamental, na Escola Estadual de Ensino Fundamental São José, Escola do Campo de Barão de Cotegipe.

De acordo com Triviños (1987), a pesquisa qualitativa busca trabalhar com os dados de maneira a examinar seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O autor traz ainda que, é desejável que a pesquisa qualitativa tenha como atributo a busca por:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

O uso desse método de pesquisa propicia ao pesquisador um aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

O material obtido nessas pesquisas é muito rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, fotografias, desenhos, documentos, dentre outros. Todos os dados da realidade são extremamente importantes. A preocupação com o processo é muito maior que com o produto. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas, verificando o significado em que as pessoas dão às coisas.

Os documentos são uma riquíssima fonte de dados e, neste ponto, pode-se definir a pesquisa documental como aquela que busca um exame de materiais que ainda não foram observados de forma analítica, buscando novas interpretações ou mesmo interpretações complementares.

A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações ou sindicatos (SANTOS, 2000).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja contemplando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Numa primeira hipótese acreditava-se que seria regular o fechamento de todas as Escolas do Campo, mas depois de uma análise mais

minuciosa dos processos verificou-se ser ilícito o procedimento adotado pela SMEC do município.

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS NO BRASIL

A educação do campo, na legislação brasileira abrange os diferentes espaços considerados do campo, como os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, tais como, os caiçaras, os ribeirinhos, os indígenas e os extrativistas. De acordo com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI (2012), o campo é considerado um perímetro não-urbano. O campo disponibiliza possibilidades de ter sua própria produção, suas condições de existência social, identidade e de realizações da sociedade humana. A compreensão de campo não mais, se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da nossa literatura, posição que subestima a evidência dos conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra no país.

No Parecer nº 36 de dezembro de 2001, que trata sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aborda que a partir de uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, alguns estudiosos consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer, em tempos próximos, face ao inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional.

A partir de 1930 surgiu no Brasil o ruralismo pedagógico. O ruralismo pedagógico, que segundo Bezerra (2003), é um termo usado para definir uma proposta educacional focada no trabalhador rural, com o intuito de que este trabalhador permanecesse no campo através de uma pedagogia que abrangesse um currículo voltado ao homem rural e suas necessidades.

Com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova¹, em 1932, visava orientar as políticas públicas brasileiras educacionais, tendo por objetivo não servir aos interesses de classes, mas sim aos dos indivíduos. Fundamentou-se no princípio da escola estar vinculada com o meio social, tendo seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. Já a escola tradicional, instalada para uma concepção de interesses burgueses, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e

¹ Escola Nova é um dos nomes dados a um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, na primeira metade do século XX. Os primeiros grandes inspiradores do movimento foram o escritor Jean-Jacques Rousseau e os pedagogos Heinrich Pestalozzi e Freidrich Fröebel. No Brasil, as ideias da Escola Nova foram introduzidas já em 1882 por Rui Barbosa e ganharam especial força com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, quando foi apresentada uma das ideias estruturais do movimento: as escolas deviam deixar de ser meros locais de transmissão de conhecimentos e tornar-se pequenas comunidades, onde houvesse maior preocupação em entender e adaptar-se a cada criança do que em encaixar todas no mesmo molde.

estéril, resultante da doutrina do individualismo. A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes.

Os pioneiros já nos lembravam de que, quando se trata de analisar o quadro educacional de uma determinada época, é preciso conhecer o seu contexto histórico e social: “toda a educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo em cada época, a filosofia predominante que é determinada e pela estrutura da sociedade”. (AZEVEDO, 1932, p. 40-41). Posto isso, procuramos compreender o Manifesto dentro deste movimento dialético, visto que este documento representa também as lutas ideológicas que marcaram um período histórico brasileiro. Entendemos que o Manifesto não nasceu do desejo exclusivo de um grupo isolado de intelectuais, mas está relacionado com a tendência mundial de universalização da educação pública para assegurar o desenvolvimento da economia capitalista.

O clima de renovação educacional dos anos 30, e os vários acontecimentos que permearam esta década, levavam o homem a buscar uma nova concepção de vida. A escolarização era vista como viabilizadora de ascensão social. O crescimento da sociedade urbana em decorrência do processo de industrialização aumentava a demanda de trabalhadores escolarizados. Na medida em que aumentava o número de escolas, havia também a necessidade de formação de professores.

Apesar das lutas ideológicas e dos interesses pessoais que por certo existiram, o Manifesto foi o primeiro documento de política educacional que definia a estrutura da escola pública no Brasil. Mostrou ao governo e ao povo as principais mazelas da educação brasileira e, mesmo não se tratando de um “plano ideal de educação”, estabeleceu mudanças significativas na política educacional brasileira. A universalização do ensino público não se efetivou logo após o lançamento do Manifesto, mas esse documento representou um grande legado educacional que contribuiu para visualizar a necessidade do ensino público, gratuito e de responsabilidade estatal. Houve mobilizações para mostrar a necessidade de formar mão-de-obra escolarizada para atuar no mundo do trabalho.

Essa reforma ocorrida no início da Segunda República, estava ancorada nas teorias do psicólogo Lourenço Filho, do sociólogo Fernando de Azevedo e nas concepções filosóficas e

políticas de Anísio Teixeira. Neste documento destacava-se que para haver um bom regime educacional era necessária uma boa administração escolar. Assim, aplicar-se-ia a verdadeira função social da educação que é preparar o indivíduo para exercer seus direitos e deveres quanto cidadão brasileiro, sendo que a educação passou a ter caráter público.

Pela primeira vez tornou obrigatória, o que é extremamente importante para o progresso educacional e fundamental para uma verdadeira democracia. O indivíduo uma vez tendo conhecimento crítico científico sobre sua realidade possui maiores chances de argumentação para mudar o contexto em que está inserido, reivindicando seus direitos, mas também têm conhecimento de que possui deveres que devem ser cumpridos para que assim a cidadania seja praticada efetivamente.

Mesmo o Brasil um país que tem na sua raiz um sistema agrário muito evidente, a primeira vez em que a educação rural é contemplada em uma constituição foi em 1934.

O Brasil mesmo considerado um país eminentemente agrário, sequer mencionava acerca da educação rural em seus textos constitucionais de 1824 e 1891, o que evidencia dois problemas de governança pública a saber: o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política fortemente alicerçada numa economia agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo (NASCIMENTO, 2009, p.160).

A Constituição de 1934 nasceu dentro de um cenário de disputas e de uma grande pressão social. O Golpe de Estado desencadeou o fim do mandato do presidente Getúlio Vargas no período de 1930 a 1934. Foi um período bem conturbado para a nação brasileira. A Constituição visava melhorar as condições de vida da grande parte dos brasileiros, elaborando leis sobre educação, saúde, trabalho e cultura. A fim de garantir a grande parte da população, que até então eram marginalizadas pelos processos políticos da época. O direito à cidadania, traz um “ar” de mudança para esses cidadãos, que começam a serem vistos pelos governantes e pela sociedade. No campo da educação foi normatizada como um direito em que todos deveriam ter acesso, com o princípio do desenvolvimento da consciência solidária entre os indivíduos. O ensino primário seria obrigatório e gratuito, inclusive aos adultos. A disciplina de ensino religioso seria facultativa (em respeito as crenças de cada aluno) e o professor possuía liberdade para ensinar e garantia da cátedra.

Segundo o Decreto de Lei N°96.13, de 20, agosto de 1946, trata de Retirar a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, na qual o ensino era trabalhado até o segundo grau. O currículo era todo estruturado para o ensino profissionalizante voltado para a agricultura e formação humana. O ensino agrícola buscava uma qualificação profissional para assim ter uma melhor eficiência e produtividade. Os estudantes poderiam cursar os cursos quem tivesse concluído a

educação primária, ter doze anos e estar apto fisicamente e mentalmente para as atividades a serem trabalhadas, além de fazer um vestibular.

O curso de formação agrícola era dividido em etapas: o Curso de Iniciação Agrícola, o Curso de Mestría Agrícola, o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica e Curso de Didática do Ensino Agrícola ou Curso de Administração do Ensino Agrícola, sendo necessário ter aprovação de cada curso por meio de exame de suficiência para que posteriormente passe para o curso seguinte.

Já na década de 1960, a educação do campo passou a ser usada pelo governo “como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade” (BRASIL, 2007, p. 11). Passou-se a cobrar do governo da época ações educacionais na zona rural. Com isso, a promulgação da Lei nº 4.024/1961, que dispunha das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passou a ordenar que a zona rural mantivesse escolas rurais que estimulassem os dons profissionais do meio, com face tecnicista e possibilitasse ao homem adaptação àquele meio (BRASIL, 1961). Então na metade da década de 60 criou-se a Escolas-Fazenda, que possuía um enfoque instrumentalista e de ordenamento social. Nestas escolas formavam-se técnicos agropecuários e seus currículos eram focados no modelo tecnicista, buscando atender ao processo de industrialização em curso. Desta forma as Escolas-Fazenda buscavam formar o jovem para que permanecesse no campo, colocando em prática na sua propriedade os conhecimentos que eram aprendidos na escola, para que assim a propriedade começasse a gerar lucros e o jovem não precisasse ir até a cidade para conseguir um emprego para sustentar sua família.

Segundo Ribeiro (1993), nesse mesmo período, aconteceu um vigoroso movimento da educação popular. Luta abraçada por educadores ligados a universidades, movimentos religiosos e políticos de orientação de esquerda. Seu objetivo era fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais, em oposição à importação de ideias pedagógicas alheias à realidade brasileira. O propósito é trabalhar com a realidade do nosso povo brasileiro dentro das escolas para que realmente ocorra um aprendizado significativo para estes sujeitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71), sancionada em pleno regime militar, fortaleceu a ascendência dos meios de produção sobre a educação escolar, colocando como função central da escola a formação para o mercado de trabalho, em detrimento da formação geral do indivíduo. A educação para as regiões rurais foi alvo dessa mesma compreensão utilitarista ao ser colocada a serviço da produção agrícola.

Em meados da década de 1980, aconteceram algumas mudanças na intencionalidade e na construção da educação do campo, como por exemplo: “[...] as organizações da sociedade civil, especialmente as ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a redemocratização do país”. (BRASIL, 2007, p. 11). Esse fator está fortemente ligado ao processo de resistência à ditadura militar, “[...] a ideia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses” (BRASIL, 2007, p. 11). Então essas mudanças vieram para dar uma nova visão para a Educação do Campo, levando em conta no currículo escolar às culturas vivenciadas nas comunidades, os direitos que estes cidadãos têm perante a lei, dentre eles o direito à educação e saúde, bem como ter um calendário escolar que considera as necessidades dos estudantes do campo em se manter trabalhando na propriedade e estudando. Nesse sentido, o período de férias deveria coincidir com a temporada de plantio ou de colheita da produção, assim o estudante não seria prejudicado, em sua formação educacional, como na contribuição dos afazeres do campo.

Foi somente na Constituição Federal de 1988, que a Educação torna-se um direito do indivíduo e obrigação do Estado. Esta Constituição simbolizou um grande marco na defesa da educação e dos direitos sociais. O texto vinculou recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público. Embora o texto não cite diretamente a educação do campo, podemos evidenciar um avanço na Educação como um todo. Em seu art. 206, diz que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (Alterado pela EC-000.019-1998)

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...]
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

A própria Constituição Federal de 1988 nos traz que a educação deve ser democrática, porém, historicamente a educação democrática não vem sendo cumprida pelos nossos governantes. Em seu Art.205 da Constituição de 1988, observamos que a educação é direito de todos. Porém, quando uma Escola do Campo é fechada e seus alunos nucleados para outra escola, geralmente para a zona urbana, esse direito garantido por lei é descumprido. Retira dos alunos sua identidade cultural, social e educacional que lhe são próprios. A Constituição de

1988 passou a preconizar as especificidades das populações que se identificavam com o campo, propondo uma educação assistencialista e instrumental.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB - Lei nº 9.394/96 reconhece a diversidade do campo, porém, mesmo com os avanços na legislação a realidade das escolas para a população rural ainda continua precária. A mobilização dos movimentos sociais do campo, impulsionou a construção de um novo contexto para a educação do campo e a formulação de uma legislação específica para a população camponesa, focalizada no direito a educação em seu espaço de vivência social e cultural. Também, evidenciamos que nesse período, alargasse o fechamento de muitas escolas do campo que mantinham suas atividades em um regime de multisseriação. Esta modalidade não deixa de existir com essa nova Lei, mas ocorre outro determinante que é o processo de nucleação, aonde os alunos que eram das Escolas do Campo foram relocados para as escolas urbanas, tendo em vista que quanto mais alunos matriculados mais verba a escola recebe.

Lei nº 9.394/96 – LDB – estabelece que:

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Outro apontamento que leva a decadência das Escolas do Campo e da migração das pessoas do campo para os centros urbanos são as políticas neoliberais de desenvolvimento econômico e industrial que ocorrem com maior intensidade a partir da década de 1950. Os trabalhadores do campo alguns permanecem no campo, mas não como dono do seu negócio e sim como assalariados rurais, diaristas ou “boias-frias”. As identidades do homem do campo veem se perdendo como esse modelo de sociedade capitalista/consumista em que se encontra a Nação brasileira, muitos largam a vida do campo em busca de melhores condições de vida e de oportunidade na cidade, mas ao chegar lá se deparam com uma realidade diferente da imaginada. Primeiramente é necessária para ter um bom emprego ter alguma formação acadêmica, posteriormente ter experiência na área em que se deseja atuar, e assim o homem do campo se resignifica dentro de uma realidade totalmente diferente daquela em que ele vivia.

Em 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) junto ao Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), atualmente chamado de Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Este programa é uma parceria

estratégica entre Governo Federal, instituições de ensino superior junto aos movimentos sociais do campo com o intuito de elevar a escolaridade de jovens e adultos em áreas de reforma agrária e formação de professores para as escolas localizadas em assentamentos.

A concepção de Educação do Campo proposta pelas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2001) vai além da concepção de educação rural em que a educação que considerava apenas a dimensão econômica e o interesse do Estado. Esta nova concepção a Educação deve abranger a emancipação humana, o atendimento as especificidades do campo, levando em consideração aspectos da cultura campesina, da identidade dos sujeitos em questão, das relações socioambientais, além das organizações políticas.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída em 2001, trata sobre a identidade da Escola do Campo, aonde não se supõe uma modalidade de educação isolada do contexto educacional nacional, mas que se consolide uma educação que reconheça na constituição do indivíduo do campo uma forma de organização espacial e cultural diferente do que se passou a denominar urbano, mas que é ao mesmo tempo antagônico a ele:

Art. 2º - A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001)

É necessário ter clareza sobre a natureza da Educação a ser ofertada, caso contrário se retorna á velha lógica da educação rural ou serão aplicados novamente os princípios neoliberais de mercado, aonde se enfatiza a educação para uma minoria, á baixo custo, em tempo mínimo, sem qualidade, formando sujeitos alienados para o mercado de trabalho. Por isso é necessário que estes mecanismos tenham ações transformadoras que fujam da lógica do capitalismo.

Em relação a esse aspecto social e coletivo trazido anteriormente, Martins (2008) discorre sobre que é preciso superar esse antagonismo entre a cidade e o campo, que ainda hoje são vistos como complementares e de igual valor. Não podemos dizer que ambos congruentes, são duas maneiras distintas, aonde possuem tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir. Por isso as Escolas do Campo não devem se deixar conduzir por um currículo urbanizado e sim lutar em favor de um currículo que abranja as necessidades dos alunos ali matriculados e enfatize a permanência destes jovens no campo.

Portanto, muitas metodologias utilizadas por grande parte dos educadores são desapropriadas para o aprendizado dos alunos, pois não agregam na verdade significado/aprendizado nenhuma ao aluno. Por exemplo, o uso exclusivo do livro didático no Brasil, se pensarmos a realidade dos nossos estudantes brasileiros, nenhum livro seria igual ao outro, pois dentro do nosso país, das nossas regiões, estados, município e das nossas comunidades possuímos realidades diferentes. Pois, os contextos não são os mesmos em todo o nosso país. Desta forma, gastar dinheiro para padronizar o ensino é discrepância com o nosso povo brasileiro que paga seus impostos diariamente para que no mínimo seja ofertada uma educação de qualidade para com eles e sua família, mas infelizmente não é o que acontece. A educação brasileira está preocupada em formar mão de obra rápida e barata para a sociedade capitalista e não em formar cidadão pensante e crítico com o sistema imposto por este modelo de sociedade.

A educação do campo tem por finalidade a superação da ideia de que os jovens do campo são inferiores em relação aos da cidade. Segundo Arroyo (2003):

Pesquisas têm mostrado como a ampliação e democratização da educação básica e a inserção dos setores populares na escola pública teve como um dos mais decisivos determinantes a pressão dos movimentos sociais. Esta é uma relação bastante pesquisada e reconhecida. (p.2-3).

Essa ampliação da democratização da educação básica vem para garantir uma escolarização para todos os cidadãos brasileiros, tanto na zona urbana quanto da zona rural, não se restringe somente a garantia do acesso dos estudantes á escola, mas criar estratégias pedagógicas para estes permaneçam estudando e ao mesmo tempo possuam êxito em seus estudos. Por isso, não basta garantir o acesso sem que se tenha qualificação no ensino ofertado, principalmente nas Escolas do Campo aonde muitas vezes o ensino é inferiorizado e desqualificado, é preciso romper esse paradigma e lutar por uma Educação do Campo que seja comprometida com a qualidade e a realidade de seus alunos.

A educação do campo é a “partir do campo e para o campo”, além de desconstruir conceitos pré- estabelecidos pelo senso comum, principalmente o olhar preconceituoso de que o campo é um local de atraso e provisório em que muitos ficam até concluir o ensino médio, e após partem para a cidade em busca de melhores condições de trabalho. Na visão urbanocêntricas, em que o modelo didático pedagógico usado nas escolas do campo, busca preparar estes estudantes para o trabalho urbano-industrial, ou seja, mão de obra vasta e barata dois fatores essenciais a ser observado: uma maior rentabilidade e conseqüentemente alimentar a máquina capitalista da sociedade brasileira. A escola do campo pelo olhar

capitalista tem como função suprir as necessidades das cidades e das classes dominantes, caindo assim numa pedagogia pobre de conhecimento.

De acordo com Arroyo (2003) a reeducação da cultura política coloca a educação á favor da mercantilização do ensino. A escolarização é vista como uma mercadoria e a escola forma sujeitos alienados para o mercado de trabalho e não cidadãos críticos reflexivos que se opõe a esse sistema capitalista, que vem corrompendo a educação não somente no Brasil, mas no mundo todo.

De acordo com a Resolução CEEEd nº 320 de janeiro de 2012, denomina-se Escola do Campo sendo aquela que está situada em área rural, defendida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, ou aquela localizada em área urbana, mas que atende predominantemente a população do campo.

Em 2001, com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), organiza o ensino em séries, inexistência de escolas unidocentes e a universalização do transporte escolar, o qual ocasionou o fechamento das escolas rurais e a transferência dos alunos para escolas urbanas.

Nos meados de 2001, através do Conselho Nacional de Educação, surgem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, contemplando preocupações estruturais e conceituais manifestadas nos movimentos sociais.

De acordo com os dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, nos últimos 15 anos foram fechados mais de 37 mil Escolas do Campo e somente em 2014 foram fechadas no estado do Rio Grande do Sul 107 Escolas do Campo. O segundo Estado que mais fechou Escolas do Campo está entre a região Sul e Sudeste. Um dado alarmante, pois podemos pensar que há muito dinheiro público jogado “fora” com o fechamento destas escolas, já que as escolas fecham, mas a sua estrutura e a sua história permanecem na comunidade em que ela está inserida. Se o fechamento das Escolas do Campo continuarem neste ritmo desenfreado dentro de poucos anos haverá poucas Escolas do Campo.

As políticas governamentais apontam para um modelo de desenvolvimento para o campo: o agronegócio, mas segundo Silva (2015 s/n), “[...] a situação que vivemos não está isolada desta opção, porque o agronegócio pensa num campo sem gente, sem cultura e, portanto, um campo sem educação e sem escola”. É isso que nossos governantes querem?

Com as políticas governamentais que regem nosso país atualmente não garante uma educação de qualidade para as pessoas que produzem nossos alimentos, e com o crescimento elevado do fechamento das Escolas do Campo, só vem salientar ainda mais esse desinteresse com a Educação do Campo. A LDB 93.94/96 traz que o calendário escolar deve levar em

conta as peculiaridades de cada região, sendo que o período de férias podem coincidir como o período de plantio ou de colheita.

Podemos observar que ao mesmo tempo em que há fechamento sistematizado das escolas no campo, o número de construções de novas unidades educacionais nos centros urbanos têm crescido gradativamente nos últimos anos.

O Parecer CEB nº 01/2006, do Conselho Nacional de Educação, traz uma matéria muito relevante para a Educação do Campo de modo a trazer o assunto de forma estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural, sendo que o documento mostra que a melhor alternativa para tal seria a Pedagogia da Alternância, que engloba toda a Educação básica, tendo uma relação extremamente expressiva entre os três segmentos educativos: família, comunidade e escola. Segundo Silva (2003) traz a definição de alternância elaborada por Calvó (s/d). A autora entende a Pedagogia da Alternância como estratégias de escolarização que possibilitam aos estudantes que vivem no campo conciliar a formação escolar com as atividades e tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da sua família e da cultura do meio rural. Por isso, da importância da Escola Família Agrícola como uma alternativa de escolarização específica desse público, uma vez que possibilita ao aluno ter acesso à escola, ao mesmo tempo em que permite a ele permanecer junto à família, à sua cultura e às atividades produtivas (Silva, 2003).

Em 2014 foi criada a Lei 12.960, que tinha como objetivo aumentar o grau de exigência para o fechamento das Escolas, como estabelecer que antes de Fechar Escola do Campo o prefeito ou secretário de educação precisa ouvir o Conselho Municipal de Educação, que é o órgão normativo e tem na sua composição representantes dos gestores e de toda a comunidade escolar. O conselho deverá receber uma justificativa apresentada pela secretaria de educação, com a análise do impacto sobre o fechamento., porém esta Lei não saiu do papel. Mesmo que o Ministério da Educação institua portarias e sancione leis, na prática sem fiscalização isso não se cumpre, pois na realidade quem tem o poder de fechar as escolas é o município. Se o município alega falta de alunos e de verbas, as escolas acabam sendo fechadas e políticas públicas que poderiam impedir esse fato não são colocadas em prática.

4. FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL

A produção agrícola do campo, no Estado do Rio Grande do Sul, tem sua histórica fortemente marcada pela produção agropecuária, com a consolidação do latifúndio fronteiriço, feito nas sesmarias no período imperial, que deu origem ao núcleo de criação extensiva de gado, destacando-se pelo charqueador escravocrata² até meados do século XX. Costa; Etges e Vergutz (2016) explicitam que nesse período no Estado do Rio Grande do Sul surge também os movimentos sociais, que foi um dos marcos fundamentais de luta, contra a escravidão na história do Brasil.

Com as ocupações de terras nos anos de 1980, deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e posteriormente na década de 1990 a criação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Nestes dois Movimentos o que se evidencia é a precarização das condições de vida dos jovens do Campo. Desta forma, mesmo havendo todo esse processo histórico interligado a agropecuária familiar, o Estado do Rio Grande do Sul vivência momentos de muitas reflexões no que diz respeito às questões que envolvem a Agricultura familiar, principalmente na questão da sucessão familiar nas pequenas e médias propriedades, gerando atualmente um déficit de sucessão muito preocupante. Segundo Costa (2016), o Estado não está preocupado com estes sujeitos do Campo:

[...] por uma compreensão de desenvolvimento sustentada pelos conglomerados do setor alimentício e pelo Estado, que não dialoga com os sujeitos do Campo, reconhecendo esses, apenas como oferta de mão-de-obra barata, dependente do agronegócio monocultor, que compreende esse espaço simplesmente como uma extensão da fábrica, sem nenhuma autonomia de seus sujeitos. (COSTA, 2016.p.7)

O desenvolvimento do Campo e conseqüentemente da agricultura Familiar, com todos os seus sujeitos envolvidos, perpassa pelo fortalecimento das comunidades e também das instituições que nelas estão inseridas. Cabe ressaltar principalmente as instituições de ensino, que tem um papel extremamente importante na formação das novas gerações de agricultores, já que elas podem ser o fio condutor para que esses jovens permaneçam no Campo.

² “O RS inseriu-se nesse processo principalmente como fornecedor de charque, produto destinado, basicamente, alimentação da escravaria. O gado vacum demandado pelas charqueadas era obtido de forma extensiva e mediante o emprego combinado de relações de trabalho semi servis e escravistas de produção” (XAVIER, 1969, p. 78).

Nessa perspectiva, o Campo no Rio Grande do Sul vem enfrentando estas e outras dificuldades acerca da Agricultura Familiar, mesmo sendo um estado com uma grande quantidade de com municípios rurais³.

Diante de um novo cenário que vem sendo apresentado para a Educação do Campo nos últimos anos observa-se um número alarmante de escolas fechadas em todo Brasil, com um ensino e aprendizagem multisseriado, com anos distintos em um mesmo espaço de sala de aula e com um único professor.

De acordo com Costa (2014) o Brasil fecha em média 8 escolas por dia na região rural. Nos últimos 10 anos, foram aproximadamente 32,5 mil escolas do campo fechadas. Já em 2013 foram 3.296 escolas do campo. Dados estes que fazem com que muitos pais e professores desacreditem na educação brasileira, fazendo com que muitos alunos deixam seu contexto sócio-histórico, para uma educação urbana, afastando-se de sua identidade. Que incentivo o jovem do campo tem para permanecer atuando no meio rural se até a educação deles lhes é tirada. No momento que são obrigados a continuarem seus estudos no meio urbano, a educação destas escolas é voltada para que estas crianças e jovens não voltem para o campo, mas sim sejam trabalhadores urbanos.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul vêm recebendo muitas denúncias sobre o fechamento das Escolas do Campo, ocasionado pelas inúmeras irregularidades. Desse modo, foi instalada por meio da Portaria CEEEd nº14/2017, uma Comissão Especial de Sindicância, que vem desenvolvendo seus trabalhos desde de 24 de abril de 2017. Durante este período essa Comissão tem analisado documentos elaborados pelas Secretarias de Educação dos Municípios do Rio Grande do Sul e juntamente com essa análise documental realizou oitivas⁴, a fim de esclarecer algumas dúvidas que apareceram durante as análises dos documentos de cessação. As principais irregularidades: cessação sem aprovação do Conselho Estadual de Educação, descumprimento da legislação pertinente; economicidade face à função sociocultural da escola e ao direito à educação.

Um das preocupações presentes no contexto da agricultura familiar é a questão da sucessão familiar. Muitos filhos de agricultores não estão permanecendo no campo, por falta de incentivo em acompanhar as demandas do mercado neoliberal. O objetivo da educação

³ Segundo Costa; Etges e Vergutz (2016), os municípios rurais são com “o perímetro urbano definido, estes são marcadamente rurais, com a presença de todos os elementos do Campo, além de possuírem grande parte de sua população vivendo no Campo.” (p.7).

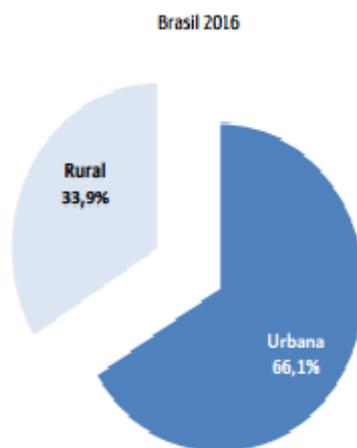
⁴ Segundo o Dicionário Aurélio que dizer: oitiva é a audição de uma testemunha ou daqueles que se encontram envolvidos no processo que está sendo julgado, portanto, neste caso foram intimados á depor os Secretários de Educação dos Municípios, gestores das Coordenadoria Regional de Educação e das escolas cessadas, A fim de esclarecer alguns procedimentos adotados por estes, que não são condizentes á legislação, no que diz respeito ao cessamento das escolas.

atual é formar para o mercado de trabalho urbano e não para que o jovem continue no campo, produzindo alimentos de qualidade e continue se aperfeiçoando.

Outro aspecto a ser observado, o Estado não vem dialogando com estes sujeitos do Campo, pelo fato de que essas pessoas são somente reconhecidas, como detentores de mão de obra barata, dependentes do agronegócio, sem autonomia. Para que essa situação consiga ser revertida é preciso o desenvolvimento do Campo e da Agricultura familiar, sendo que neste processo todos os sujeitos devem participar ativamente no fortalecimento das suas comunidades. Esse é um papel da educação, ou seja, formarem novas gerações de agricultores críticos e com autonomia. Desse modo, é urgente perceber o Campo como um espaço de vida dos seus sujeitos, onde estes se relacionam e tecem no cotidiano as suas relações sociais.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira-INEP (2016), a divisão das escolas brasileiras acontece da seguinte forma como pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1. Percentual de escolas de educação básica por localização



Fonte: INEP (2016)

Como podemos observar no gráfico acima, o percentual de Escolas do Campo em 2016 foram 33,9% enquanto das escolas urbanas foram 66,1%. Percebe-se que as escolas urbanas dobram em relação às Escolas do Campo, dados estes que vem aumentando ano após ano no Brasil. As políticas públicas de Estado, não tomam uma atitude mais severa para reverter este quadro preocupante na educação brasileira. Com o fechamento das Escolas do Campo e a nucleação destes alunos para os centros urbanos o poder público vem acabando com a agricultura familiar, que é responsável em produzir nossos alimentos. Os filhos preferem trabalhar na cidade, iludidos pelo sistema capitalista.

Sem contar que para ter uma boa produção o tempo (clima, chuva...) tem que ajudar, bem como o mercado precisa ter um bom preço para a venda dos produtos, pois a agricultura é algo imprescindível na alimentação e saúde da população. Considerando isso é preciso que o governo olhe mais para os nossos camponeses que lutam para garantir alimento para a nossa nação brasileira, porém, sua produção não tem o devido lucro econômico que deveria ter. Fatores cruciais que fazem com que o jovem não permaneça no campo.

De acordo com Medeiros (2016), o Estado do Rio Grande do Sul desde 1995 foram fechadas 780 Escolas do Campo, passando de 3.350 para 2.570 escolas. E se não forem abertas novas turmas na Educação do Campo possivelmente a médio prazo mais escolas serão fechadas. Essa é uma política do capitalismo globalizado, que tem privilegiado o agronegócio em larga escala, enquanto que os investimentos na agricultura familiar são cada vez mais escassos.

É visível a necessidade de uma Educação do Campo diferenciada, que busque incentivar os agricultores e seus filhos, desde a sua infância a permanecerem no campo, fortalecendo sua identidade a partir da educação no e do campo. “Queremos uma agricultura que produza alimentos saudáveis, que o agricultor tenha outra postura de vida e outro modo de se relacionar com as pessoas e a natureza. Mas esse novo agricultor precisa ser formado desde a infância” (MORAES, 2016, p.1). Desse modo, percebemos que não é somente no estado do Rio Grande do Sul que se faz necessário criar políticas públicas que façam com que os estudantes permaneçam no Campo, bem como preferencialmente estudando em Escolas do Campo. O autor traz ainda que as Escolas do Campo do Estado possuem grandes precariedades e conseqüentemente o sucateamento da Educação Pública., ou seja, trata-se dos serviços públicos oferecidos pelo Estado e estes muitas vezes não são considerados importantes e por isso são deixados de lado. Atualmente muito se fala do sucateamento da educação, que faz o país manter números ruins de alfabetização e influi negativamente na formação educacional de crianças e jovens. Outro ponto em que o termo sucateamento é abordado é nas universidades federais, proporcionado pela falta de investimento pela União em melhorias na estrutura dos locais das aulas e até mesmo na formação do corpo docente.

Para Schürer (2016, apud MEDEIROS, 2016) as escolas são importantíssimas para assegurar os nossos jovens rio-grandenses no campo, desta forma, devem ser muito valorizadas.

Fechá-las é sinônimo de engrossar o cinturão de miséria das grandes cidades, é tirar o alimento da mesa daqueles que mais precisam. E se a educação é um direito de todos, temos, sim, que sair às ruas e exigir a fiscalização da Assembleia Legislativa, para que o governo estadual cumpra a Constituição (p.1).

Esta afirmação é concludente de que o fechamento das Escolas do Campo não acarreta nenhum benefício para a sociedade, pois não somente o Rio Grande do Sul precisa que os jovens permaneçam no campo, como num âmbito nacional, para que não se perca a cultura, como também toda uma cadeia produtiva que movimenta a economia. Algumas iniciativas governamentais com tentativas discretas têm criado políticas públicas para que o jovem permaneça no campo, elaborando programas que incentive ao jovem suceder a propriedade dos pais.

Um dos programas que tem contribuído para tal é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF Jovem é uma iniciativa do governo federal para incentivar a permanência do jovem no campo e evitar que o êxodo rural ocorra. Com uma linha de crédito especial para os jovens agricultores, com idade entre 16 e 25 anos, que cursaram, cursam ou estejam em centros de formação por alternância de nível médio e/ou cursos profissionais voltados para atividades agropecuárias e que fazem parte de uma unidade de agricultura familiar já reconhecida pela Secretaria de Agricultura Familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2008) é um investimento de única operação que possuem como finalidades de custeio para atividades voltadas para a agropecuária, o turismo rural, o artesanato, bem como outras atividades desenvolvidas no meio rural de interesse do jovem agricultor rural. Pode-se utilizar até R\$ 6.000,00 com taxa de juros de 1% ao ano, podendo ser pago num prazo de dez anos com carência de três anos.

Ressaltando ainda as políticas públicas que fomentam a permanência do jovem no meio rural, o MDA (2008), traz o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), desenvolvido pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), foi criado com o intuito atender a uma antiga reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. O Programa objetiva diminuir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais por meio da concessão de linhas de crédito para a compra de imóvel e investimentos em infraestrutura básica e em projetos comunitários. Este projeto possui linhas de crédito específicas como: combate à pobreza rural (para trabalhadores rurais sem terra), nossa primeira terra (para jovens rurais de 18 a 24 anos) e consolidação da agricultura familiar (destinada aos pequenos produtores).

Na esfera Estadual, destacam-se algumas políticas para o jovem do campo entre elas, o decreto que simplificou o licenciamento ambiental; as diretrizes para orientar o produtor para solicitar a outorga de água e a obtenção de alvará para armazenagem e construção de reservatórios para a irrigação; a Lei do Leite, que garante mais segurança na mesa do

consumidor; o programa Conservar para produzir Melhor (se refere manejo de água e solo de forma sustentável) e o Projeto de Lei do marco regulatório das florestas plantadas que tramita na Assembleia Legislativa. Dessa forma, estas políticas públicas aparecem nas comunidades como forma de incentivo aos jovens, em especial do sexo masculino, a permanecer no meio rural. Com maior autonomia financeira, o jovem acaba por adquirir sua própria área de terra, desenvolvendo expectativas positivas em relação às atividades do campo.

Mas, muito além desses programas de incentivo à permanência dos jovens em suas propriedades, ao contrário do que se pensa, é necessário que esses jovens tenham uma formação voltada para seu contexto, por isso a escola deve trabalhar os conteúdos programáticos e também ter em seu currículo disciplinas voltadas as atividades agrícolas desenvolvidas pela comunidade, no qual o público da escola faz parte. Atualmente na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul existem somente 657 Escolas do Campo, que atendem, aproximadamente, 57 mil estudantes em todo Estado, sendo em média 87 estudantes por escola.

De acordo com o SECAD, (2007), a Constituição do Rio Grande do Sul é uma das únicas unidades da Federação que inscreve a educação do campo no contexto de um projeto estruturador para o conjunto do país. Com isso, ao encontrar o significado do ensino agrícola no processo de implantação da reforma agrária, supera a abordagem compensatória das políticas para o setor e aponta para as aspirações de liberdade política, de igualdade social, de direito ao trabalho, a terra, à saúde e ao conhecimento dos sujeitos do campo.

No Rio Grande do Sul, segundo Berto (2014), o cenário educacional não é diferente do restante do nosso país, o mesmo apresenta inúmeras dificuldades, além de possuir um alto índice de analfabetismo. O poder estadual, bem como o nacional, não demonstrava interesse algum de investir na educação, ocasionando dados que alarmam:

Em 1950, a população urbana do Rio Grande do Sul representava 35,38% do total da população rural, de 2.254.429 habitantes, representava 64,61%. No período de dez anos, entre 1950 e 1960, a população total do estado aumentou 31,15%. [...] Em 1950, o índice médio de analfabetismo era de 41,21%: no meio urbano, atingia 25,38% e, no rural, era duas vezes maior, ou seja, de 50,15%. [...] (QUADROS, 1999, p. 72)

Ao se referir à educação nos espaços rurais, Quadros (1999, apud BERTO 2014) ressalta ainda sobre esta questão tão importante:

[...] no meio rural, com frequência, as condições e as possibilidades de acesso à escola eram, no geral, mais difíceis que no meio urbano. Os poucos prédios escolares, as grandes distâncias e a participação das crianças nas atividades agrícolas eram empecilhos concretos à frequência normal à escola. (BERTO, 2014, p. 42)

O cenário educacional do Rio Grande do Sul era, de acordo com Berto (2014), de precariedade. Pois, “além da falta de interesse do governo em ações públicas, ainda temos, nas matrículas escolares, a seletividade. Grandes números de alunos se afastavam da escola devido à reprovação e ao desinteresse pelos estudos” (p.42).

No governo de Leonel de Moura Brizola, de acordo com Berto (2014), foi criado o projeto “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, que segundo Quadros (1999 apud BERTO, 2014):

O conjunto de ações emanadas e centralizadas no governo estadual pressupunha que a educação se constituía em fator decisivo para a superação do subdesenvolvimento e para a modernização da sociedade. O desenvolvimento econômico só seria alcançado pela mediação da escola, cabendo ao Estado realizar as obras necessárias para a expansão do acesso à educação. Era preciso, portanto, levar a escola aos mais longínquos rincões do estado (p.43).

O governador em seu mandato deu um novo olhar para a educação no Rio Grande do Sul, especialmente para a Educação do Campo, sendo a educação o ponto crucial para que o jovem permaneça no Campo. Para isso é preciso que as escolas tenham as mínimas condições necessárias para que os estudantes expandam seus conhecimentos.

Mesmo com os avanços conseguidos, ainda é grande a luta necessária para impedir, especialmente as prefeituras, de fechar as escolas que estão localizadas nas comunidades do campo. Os números, apresentados em várias bases de dados são preocupantes. Um caso emblemático de fechamento de Escolas do Campo que ocorreu no Rio Grande do Sul, no governo Yeda Crusius. Segundo Leher (s/d),

Em 2008, Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul denunciaram o MST como entidade criminosa e terrorista, defendendo que o movimento deveria ser colocado na ilegalidade. A partir desse posicionamento, o governo do estado do Rio Grande do Sul descredenciou todas as escolas itinerantes do estado, inviabilizando-as. (p.6)

Fatos como esses ocorridos na maioria dos estados brasileiros, levou o MST, em 2011, a deflagrar uma Campanha Nacional intitulada “Fechar escola é crime!” que tinha como objetivo central promover um grande debate na sociedade sobre o fechamento das escolas e o direito das populações do campo à educação. Lutar para que as Escolas do Campo permaneçam foi o grande desafio de todos que acreditam que o campo também precisa de educação, e de qualidade, respeitando sua realidade. Precisamos de mais pessoas envolvidas contra esse descaso.

De acordo com Santos e Silva (2007) o estado do Rio Grande do Sul, não apresenta no site da Secretaria de Educação, dados referentes à Educação no Campo. Existem alguns programas que beneficiam os estudantes do campo, mas não é especificado como educação do campo, podemos citar “Alfabetiza Rio Grande do Sul” que possui como objetivo, combater o

analfabetismo da população urbana e rural. Já Universidade Estadual do Rio Grande do Sul oferece a Pedagogia da Terra desde 2002, esse curso é destinado a estudantes oriundos de assentamento da reforma agrária ligados aos movimentos sociais organizados: trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores, mulheres camponesas, atingidos por barragens, pastoral da juventude rural e trabalhadores desempregados. Este curso tem parceria como INCRA, com o Programa Nacional de Educação na reforma Agrária – PRONERA, com o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, os componentes curriculares foram desenvolvidos e organizados por professores da UEGRS que também coordenam o curso, o curso funciona com tempo-escola tempo-comunidade, visando assim atender a especificidade para uma educação do campo.

Segundo Conceição (2012) quando a Universidade volta seus olhares para a Educação do Campo estuda, discute e atua na Educação do e no Campo, ajuda a fortalecer as Escolas do Campo.

A Portaria SEDUC nº 280/2016 estabelece os critérios e procedimentos à realização de matrículas, rematrículas e de transferências de alunos na rede pública de ensino, extrapolando sua competência ao estabelecer número mínimo de alunos por turma para o fechamento de escolas:

Art. 23. Na elaboração da proposta de organização das turmas de alunos(as) para o ano letivo de 2017, as Coordenadorias Regionais de Educação deverão considerar, a partir das informações constantes no Sistema ISE – Informatização da Secretaria da Educação: (...)

II – o número de alunos(as) matriculados(as) (ingresso) no 1º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio, **respeitando o número mínimo de 16 (dezesesseis) alunos(as) por turma, e o tamanho das salas de aula disponíveis** (grifo da autora); (...)

§1º A abertura de novas turmas e a designação de vagas nas turmas existentes em todos os anos do Ensino Fundamental e Médio **dependerão do atingimento do número mínimo previsto no inciso II, sob pena de o pedido de matrícula ser automaticamente designado para o estabelecimento de ensino mais próximo** (Grifo da autora).

§2º O disposto neste artigo poderá ser aplicado às escolas do campo, indígenas e quilombolas, caso sejam previamente demonstrados, mediante relatório circunstanciado, e ouvida a comunidade escolar envolvida, a ausência de prejuízo aos alunos e a existência de transporte escolar adequado. (p.36)

Essa normatização, lavrado pela Secretaria de Estado da Educação tem sido usada como fundamento e justificativa para o início do processo de fechamento de escolas, especialmente no campo. Os critérios para que se inicie o processo de fechamento das Escolas do Campo é orientado pela portaria a cima citada, dados obtidos pela Oitiva 01/2017. Na 15ª Coordenadoria Regional de Educação existem ao menos dez escolas com menos de dezesseis alunos matriculados, abrangendo os municípios de Erechim, Centenário, São João da Urtiga, Machadinho, Barão de Cotegipe, Itatiba do Sul, Mariano Moro e Gaurama. (Oitiva 01/2017).

Ainda podemos afirmar que a Portaria SEDUC 280/2016, trata-se de uma norma imprópria, de eficácia unicamente normativa e duvidosa no que tange à fixação de número mínimo de matrículas como critério para dar início a um processo de cessação de turma ou de escola. Como podemos notificar mesmo tendo um número mínimo para alunos em sala de aula, a configuração das Escolas do Campo é outra. Esse número mínimo de alunos é a soma de todas as turmas/anos juntas, geralmente em salas multisseriadas. Isso ocorre, porque o Conselho Estadual de Educação – CEEEd, que é o órgão normativo do sistema estadual de ensino, não estabeleceu tal critério por entender que o fechamento das Escolas do Campo é uma decisão bem delicada que envolve a análise de uma pluralidade de fatores socioculturais e bem como o protagonismo da comunidade escolar, cujo desencadeamento do processo não pode estar somente subordinada a uma mera verificação numérica, ainda mais sabendo-se das duvidosas condições e instrumentos de averiguação da demanda utilizados no processo de cessação de escolas, como anteriormente referidas.

A Constituição Federal de 1988 institui a educação, como um direito público subjetivo do cidadão e dever do Estado no Art. 205, tendo a Educação um direito de todos e obrigação do Estado. Já, Lei Diretrizes e Bases da Educação nacional - 9394/1996 - (LDB) - regulamentou o sistema educacional da educação básica em seu Art.4º dispõe que o Estado deve assegurar o acesso à educação escolar pública mediante a garantia de:

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X – **vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança (...)** (Grifo da autora).

O direito à escola pública próxima da residência do aluno encontra-se na Lei 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Em seu Art. 53, traz de forma similar, assegurar à criança e ao adolescente “o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência”.

Assim, o fechamento das Escolas do Campo, mesmo acompanhado da oferta do transporte escolar, está bem nítido a contradição como um direito subjetivo acima referido, pois afasta o aluno do campo da escola próxima à sua residência em vez de assegurar sua permanência no campo. O transporte escolar pode ser admitido, no máximo, como uma

circunstância emergencial transitória, de curta duração, e jamais como uma alternativa à escola “mais próxima da residência” do aluno, mas que geralmente são relocados para as escolas urbanas dos municípios por ter uma infraestrutura considerada de melhor qualidade. Mas, esquecesse-se de que esse não é o real contexto dos alunos do Campo sua realidade é esquecida por grande parte dos docentes e das escolas.

Há sinais de uma naturalização do Fechamento das Escolas do Campo como uma solução única diante de uma realidade inflexível, sob a discutível justificativa da eficiência de gestão. No entanto, há evidências de que essa crescente profusão de iniciativas de fechamento de escolas, especialmente do campo, encontra motivações no pragmatismo econômico e financeiro por parte de alguns gestores municipais. A esse respeito é elucidativo o depoimento da responsável pela 17ª Coordenadoria Regional (CRE) de Santa Rosa, RS que afirma o seguinte: “os prefeitos dos municípios menores veem o aluno do campo como moeda, interessado na verba do FUNDEB, inclusive incentivando com bolsa para o aluno que vai estudar em escola municipal” (Oitiva 06/2017).

Verificou-se que o Fechamento das Escolas do Campo são práticas que fragilizam as pequenas escolas, como o fechamento do sistema ISE, a cessação de turnos, os obstáculos à livre manifestação de segmentos da comunidade escolar nas assembleias, expedientes que atuam no sentido de forçar a redução de demanda indo ao encontro da citada Portaria 280/2016 e, assim, justificar a instauração de processo de fechamento de turmas e de escolas.

Podemos salientar, ainda, que a política de Fechamento das Escolas do Campo no Estado do Rio Grande do Sul não vai ao encontro de jovens e adultos não alfabetizados na chamada “idade certa”, bem como deixa de aproveitar a tendência de redução demográfica para implementar a escola de tempo integral, conforme metas do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014). Por fim, é preciso reconhecer que há uma relação indissociável entre desenvolvimento econômico e social e expansão do sistema educacional, principalmente no Campo.

4.2 FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO EM BARÃO DE COTEGIPE - RS

O município de Barão de Cotegipe está localizado na região norte, conhecida também como região do Alto Uruguai. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em 2016 o município possuía aproximadamente 6.759 habitantes, sendo que 2.822, ou seja, 29,3% residiam na zona rural do município.

Barão de Cotegipe possui no total 13 escolas, sendo que 3 na rede estadual, destas, duas são de Educação do Campo e uma localizada na zona urbana do município. Na rede municipal temos um total de 10 escolas, distribuídas da seguinte forma, 8 estão localizadas na zona rural do município e 2 estão na zona urbana. Evidenciamos que temos 8 escolas municipais na zona rural, significando que temos na educação infantil um número elevado de alunos no campo. Por que esses alunos não continuam estudando nas escolas do campo?

De acordo com a Resolução CNE/CEB N° 2 de 28 de abril de 2008, traz como uma das justificativas para que as Escolas do Campo não sejam fechadas o desfonforto e o desestímulo que as crianças tanto da Educação Infantil quanto dos Anos Iniciais tem quando ocorrem a cessão de sua Escola e estes devem ser relocados para outra escola. A Lei garante que estas etapas da Educação Básica sejam ofertadas nas própria comunidades rurais em que os alunos residem. Porém, não é isso que ocorre nas Escolas de Barão de Cotegipe, os alunos, mesmo tendo a opção de continuarem estudando em uma Escola do Campo esse direito lhes é negado.

No município foram fechadas cinco escolas do campo, todas da rede municipal de ensino. Barão de Cotegipe possui sua movimentação econômica baseada em agroindústrias, empresas e principalmente da agricultura familiar.

Em análise aos documentos cedidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Barão de Cotegipe, verificou nos atos do processo que a irregularidade administrativa quanto ao fechamento de todas as Escolas Municipais do Campo, trazendo como principal apontamento o descumprimento da Resolução do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – CEED, n° 320, de janeiro de 2012, na qual no Art. 15, parágrafo segundo dispõe que “as escolas municipais situadas na zona rural poderão suspender a oferta de ensino pelo prazo máximo de vinte e quatro meses corridos, desde que tenham comunicado o fato, ao final do ano letivo, ao respectivo órgão regional da Secretaria da Educação.”(p.6). O descumprimento da resolução pelo município se procedeu no momento em que as Escolas do Campo encerram suas atividades em dezembro de 2015, porém o processo deu entrada no Conselho em novembro de 2016, ocorrido praticamente um ano da cessação destas escolas para que depois o município encaminhasse um ofício para o Conselho comunicando sua intenção de descredenciamento destas Escolas⁵.

⁵ Este fato está relatado no documento emitido pela Comissão de Planejamento, com Deliberação n° 229/2017 e o Processo SE n° 38.102/19.00/16.2, encontra-se na página 9 do referido documento.

Ainda segundo a Resolução nº329/2015, “O pedido de manifestação do Conselho Estadual de Educação quanto á cessação de curso deverá dar entrada neste Órgão entre 360 á 180 dias antes da data prevista para possível encerramento das atividades letivas”.

No Art.28 da Lei 12.960 de 27 de março de 2014, traz que o fechamento das Escolas do Campo deverá ser precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que “considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar”.(p.1). Sem esse tramite legal não poderão ser cessadas nenhuma Escola do Campo, pois sem esse aval, abrir-se-á uma sindicância apurando a irregularidade de tal fato.

O município está divergente perante as leis do Estado, tanto é que o Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul abriu uma sindicância para apurar o fato, para isso foi chamada para depor a atual secretária da educação e que após este foi elaborado o seguinte termo de oitiva:

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e dezessete, ás quinze horas e trinta minutos, a Comissão Especial de Sindicância criada pela Portaria nº14, de 24.04.2017, para averiguar possível descumprimento da Resolução CEEEd 329/2015 e legislações conexas (D.O. de 25/04/2017)i, com a presença dos membros da Comissão, Conselheiro Marco Antonio Sozo e as Conselheiras Carmem Maria Craidy e Marli Helena Kümpel da Silva, sob a presidência da última, e dos assessores José Valdir Rodrigues da Silva e Maria da Graça Ortiz, reuniu-se para ouvir o depoimento de Ducili Richetti, Secretária Municipal de Educação de Barão de Cotegipe, RS, desde janeiro de 2017, acompanhada pelo Vice-Prefeito, Joni Giacomet. A depoente foi advertida das consequências legais a que está obrigada quanto ao compromisso de informar a verdade na presente oitiva. Perguntada sobre o processo de fechamento de escolas do campo no Município, particularmente a relocação para Escola Ângelo Rosa, respondeu que o município criou seu sistema este mês; que há transporte escolar que desloca os alunos de quatro escolas fechadas para a Escola de Ensino Fundamental Ângelo Rosa, localizada na cidade; que não houve alteração quanto ao custo com transporte; que o transporte só é feito com crianças com mais de quatro anos. Perguntada sobre o diálogo com a comunidade, respondeu que foram feitos ajustes para garantir o atendimento a todos os alunos. Perguntada sobre um menino que ficava á beira da estrada esperando o transporte, respondeu que não tem informação sobre o caso. Perguntada como vê o processo de desenraizamento cultural do aluno do campo ao ser transferido para escolas urbanas, respondeu que trazer todos os alunos do campo para a cidade não é a solução de todos os problemas; que gestores não de hoje não implementariam esta solução; que na Educação Infantil, há um processo de mudança nos procedimentos pedagógicos. Perguntada sobre a municipalização, disse isso não foi pensada e que o processo pedagógico vai além do encantamento com a “beleza” do prédio. Perguntada sobre se existe estudo sobre o transporte, respondeu que não há informações sobre isso e que o itinerário do transporte é o mesmo que já existia. Perguntada se o fechamento propiciou a diminuição de gastos com a educação, respondeu que não houve redução. Perguntada se há perspectiva de educação de jovens e adultos (EJA) reaproveitando os prédios das escolas cessadas, respondeu que houve um levantamento no Plano Decenal e que há necessidade EJA no município. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado, e lido e achado conforme, eu José Valdir Rodrigues da Silva, Secretário da Comissão, lavrei o presente termo, que vai assinado por todos os presentes em cinco vias de igual teor.

Portanto, a administração anterior se automeceu com uma autoridade superior ao Estado fechando as Escolas do Campo sem que o órgão superior desse seu aval. Infringiram a Lei e os direitos que estas crianças e jovens tinha de continuar seus estudos na comunidade de origem ou em outra escola próxima, mas que fosse do Campo. Se a intenção foi reduzir gastos com a educação, a meta não foi atingida, pois a construção da Escola de Ensino Fundamental Ângelo Rosa, se pesarmos foi um gasto desnecessário, já que os prédios das Escolas do Campo se poderiam nuclear estas crianças para outra escola do Campo, localizada em um ponto estratégico em que englobariam á todas.

Em análise ao processo foi constatado que a Escola do Campo poderia atender á vinte e cinco crianças destas escolas cessadas seria a Escola Estadual de Ensino Fundamental São José. Esta por sua vez uma escola Agroflorestal, localizada em média 7 km desta escola. Os custos com o transporte para o deslocamento até esta Escola do Campo seria os mesmos gastos em que a Prefeitura têm atualmente. Este quadro se procede porque o transporte utilizado por estas crianças é o mesmo que faz o trajeto até a Escola Estadual de Ensino Fundamental São José, e que traz até á escola alunos da cidade para conseguir manter a escola aberta. O Município prefere fechar as Escolas do Campo, nuclear os alunos para as escolas urbanas, corrompendo sua cultura e fazendo com que eles sejam impostos em uma nova cultura, mas ao mesmo tempo retira alguns alunos da cidade para estudar no campo.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura- SMEC, de Barão de Cotegipe elaborou um quadro com o número de estudantes e/ou oriundos do campo.

CRE	Município	Escola	Número de alunos que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural	Número de alunos oriundos do campo	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
15	Barão de Cotegipe	EMEF Conde D'Eu	10	10	10	-	10
15	Barão de Cotegipe	EMEF Felipe Camarão	07	07	07	-	07

15	Barão de Cotegipe	EMEF Secundino Ferreira da Silva	12	12	12	-	12
15	Barão de Cotegipe	EMEF Sete de Setembro	10	10	10	-	10
15	Barão de Cotegipe	EMEF Ângelo Rosa	05	05	05	-	05
15	Barão de Cotegipe	EMEF São José	18	18	18	-	18
15	Barão de Cotegipe	EMEF Miguel Wawruch	47	47	47	-	47

Fonte: SMEC de Barão de Cotegipe/ 2016

É possível visualizar que todos os alunos das Escolas do Campo que foram cessadas possuem como principal atividade de subsistência a agricultura familiar. São filhos na grande maioria de pais que possuem pequenas propriedades rurais herdadas geralmente dos avós, bisavós.

Mas, nas condições atuais em que 60% da economia baseada na agricultura, a Educação do Campo do Município não preconiza uma gestão administrativa de maneira correta, pois a educação do campo está sendo substituída pela educação do meio urbano, desconstruindo todo um processo cultural e de identidade prejudicando o processo ensino e aprendizagem construído nas Escolas do Campo, que tem no seu currículo voltado para a realidade do campo.

De acordo com o Art. 15 da Resolução CEEed nº329 de 13 de maio de 2015, a entidade mantenedora só poderá cessar o funcionamento em Escolas do Campo, perante uma autorização prévia do Sistema Estadual de Ensino, sendo que deverá requerer prévia manifestação do Conselho Estadual de Educação, que proferirá um parecer com embasamento nos seguintes documentos: Na Justificativa primeiro, elaborada pela Secretaria da Educação ou por uma entidade federada, considerando as políticas de Educação do Campo evidenciados no Decreto Federal nº7.352, de 04 de novembro de 2010 contendo o número de alunos da escola em questão, por ano e série, no período dos últimos 10 anos; relação dos alunos no decorrente ano; mapa territorial desta escola e das demais escolas públicas,

contendo a distância entre elas e o número de alunos que moram ou são provenientes do campo de cada escola relacionada no mapa. Essas informações são muito importantes para o Conselho Estadual de Educação para que se aprovada a referida cessação da Escola do Campo, pode-se por meio destes registros tentar nuclear os alunos para outra Escola do Campo mais próxima da sua comunidade.

Segundo: Diagnóstico do impacto do fechamento desta escola levando em conta os aspectos educacionais, gráficos, socioculturais e econômicos, descritos pela Secretária da Educação ou do ente federado. Manifestação dos órgãos relativos á atuação no campo; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER e outros órgãos atuantes no território; manifestação do poder público através da Promotoria da Comarca responsável pelo Município, do Prefeito municipal, do poder legislativo municipal, conselho municipal de Educação, Comitê estadual de educação do campo, sindicato dos trabalhadores rurais em educação do território; relatório de ações para o atendimento da população em questão, anteriores a decisão de fechamento da Escola; declaração de destinação do imóvel, caso seja de domínio público; declaração recursos humanos com cargos dos funcionários e sua designação para outra escola. Ou seja, é preciso antes da cessação de qualquer Escola do Campo ter uma destinação de todos os alunos, professores, funcionários para outras escolas, não podendo nenhum aluno e professor sem escola para estudar e lecionar, bem como nenhum funcionário sem emprego na sua função.

Terceiro: manifestação da comunidade escolar, sendo que esta deverá ser registrada por meio de um edital, tendo 15 dias de antecedência no mínimo para realização desta, sendo que a participação da comunidade escolar será registrada em Ata. Este registro serve para averiguar a opinião de toda a comunidade sobre o fechamento da escola, sendo arquivado na SMEC do município.

Este Artigo traz ainda que a Escola deverá manifestar sua intenção de fechamento com 180 á 360 dias de antecedência da provável data do encerramento das atividades letivas, para o Conselho Estadual de Educação.

Em Barão de Cotegipe, segundo os dados obtidos com a Secretária de Educação do Município de 2007 havia sete Escolas do Campo. Em 2017, foram fechadas seis e uma foi relocada. Sendo assim, no cenário atual só restaram no município duas Escolas do Campo que continuam atendendo os poucos alunos que continuam residindo no Campo e mantendo seus estudos.

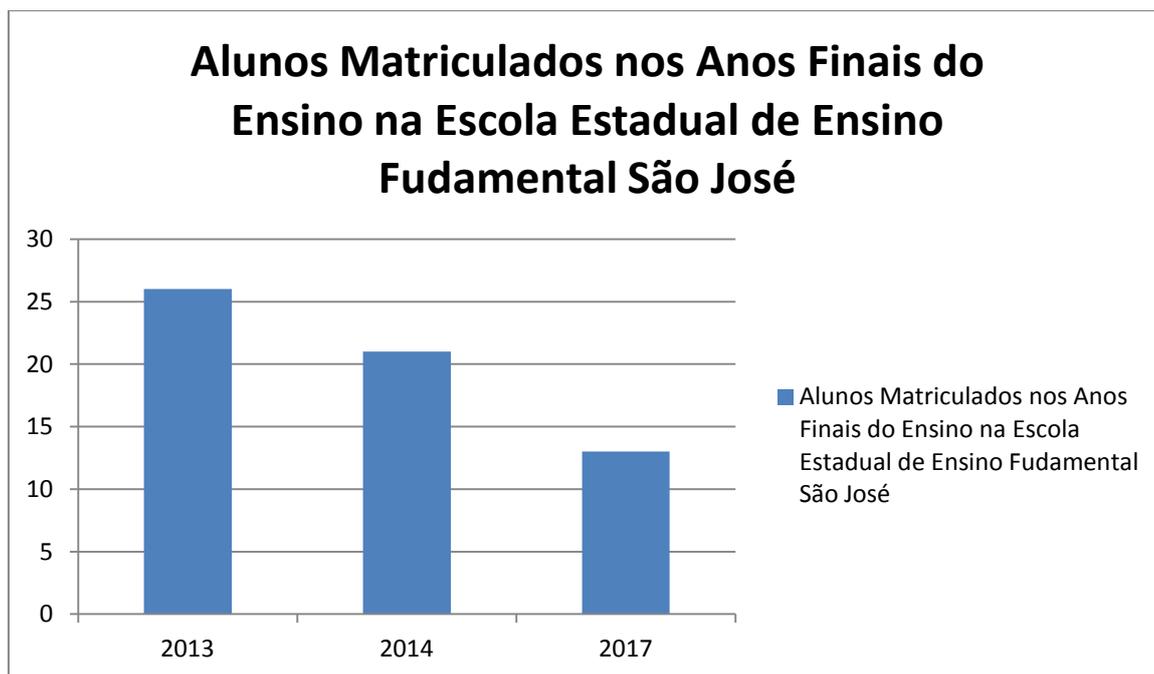
5. SALAS MULTISSERIADAS E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO CAMPO

As poucas escolas do campo que permanecem, utilizam o processo de ensino aprendizagem através da multisseriação. São várias séries em um mesmo espaço de sala de aula, com um único professor (a). A pesquisa focaliza a Escola Estadual de Ensino Fundamental São José, uma escola Agroflorestal. Encontra-se localizada na Linha Sérvia, interior de Barão de Cotegipe. A escola vem lutando a anos contra o seu fechamento. São poucos alunos que estão matriculados, conseqüentemente usa-se da multisseriação em sala de aula. A instituição juntamente com a comunidade escolar e local, cria estratégias para arrecadar fundos e conseguir manter a escola aberta. Dentre as iniciativas estão à venda de mudas de árvores nativas e ornamentais. A escola recebe a visita de outras entidades para conseguir algum dinheiro, faz venda de lanches e bebidas para seus visitantes, caracterizando assim, uma omissão do Estado para com as Escolas do Campo.

A Escola São José conta atualmente com 6 professores, sendo uma diretora e 02 funcionários. Possui uma área de 42m², com área verde, espaço para atividades físicas ao ar livre, pátio, parque infantil e tem como área construída dois prédios, sendo um de alvenaria e outro de madeira. O prédio de madeira conta com 160 m² e abriga o almoxarifado, duas salas de aula, sala dos professores, biblioteca, sendo que o prédio de alvenaria conta com 220 m² abriga os banheiros masculino e feminino, área de serviço, cozinha, direção escolar, sala de vídeo e informática (conjugadas). Entre os prédios há uma área coberta com calçada. Atualmente a escola tem seus prédios em bom estado de conservação, com salas de aula amplas. Porém necessita de um espaço para o refeitório e melhorias no piso da área coberta. Atende aos anos finais do Ensino Fundamental 5^o ao 9^o ano, no turno da tarde, com 13 alunos.

A escola não apresenta turmas com número suficiente de alunos para participar de avaliações externas. Acolhe alunos com distorção idade-série, portadores de deficiência e alunos de transtorno global de desenvolvimento. A escola desenvolve um programa em educação Ambiental “Educar e preservar”, implantado em 1986, o Arboreto, o primeiro do Alto Uruguai. O mesmo conta com mais de 200 espécies de árvores nativas, exóticas e em vias de extinção e serve como um Museu de árvores vivas. É um espaço de estudo e lazer aberto à comunidade em geral.

Segundo o Plano Decenal de Educação de Barão de Cotegipe (2015), os alunos matriculados decaíram pela metade, como podemos observar no gráfico abaixo:



Fonte: SMEC de Barão de Cotegipe

Segundo a direção da Escola desde 2012 a organização das turmas são multisseriadas, por haver poucos alunos matriculados em cada anos. Desde 2015 não oferta mais vagas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por não ter alunos suficientes para compor as turmas. Segundo o SECAD (2008) a multisseriação se refere á uma forma de organização do ensino fundamental, especialmente na Educação do Campo, aonde as turmas são compostas por alunos com idades diferentes, anos e diferentes tempos de aprendizagem. Nestas turmas multisseriadas atua apenas uma docente, que trabalha com estas turmas na mesma sala de aula e no mesmo horário. A adoção desta organização procede principalmente por haver um número reduzido de alunos para cada ano.

As salas multisseriadas é segundo Menezes e Santos (2001) uma forma de organizar o ensino nas escolas, nesta proposta o professor trabalha numa mesma sala de aula com várias turmas simultaneamente. Esta proposta de organização está muito presente nas Escolas do Campo, que possuem como objetivo além do processo de ensino e aprendizagem, diminuir a evasão escolar.

A escola é uma das poucas que restaram no município. Sua construção aconteceu no governo de Leonel Brizola, projeto denominado “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” (QUADROS, 2001, p.1). O projeto resultou numa significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado do Rio Grande do Sul. Foram construídos prédios

escolares – que ficou conhecido como brizoletas, em homenagem ao governador Leonel Brizola –, contrataram-se novos professores e um relevante número de novos alunos matriculados. Este processo ainda sobrevive na memória de grande parcela da população do estado e marcou no imaginário de realizações de Brizola. Não diferente da população de Barão de Cotegipe, deste sua criação a Escola Estadual de Ensino Fundamental São José teve alunos de diferentes comunidades do município dentre elas: Linha Uma Paloma, Linha Seis, Linha Saracura, Linha Pinhal, da própria Comunidade da Linha Sérvia, entre outras.

A escola é muito importante para todo o município, bem como para os estudantes que ali estudam. Fechar uma Escola do Campo é uma agressão e desvalorização de todo um povo que luta para conquistar seus direitos. A Escola São José, faz parte da história da comunidade e do município, mesmo enfrentando sérios problemas na conjuntura financeira, pela falta de alunos e professores. Todos deveriam lutar para que esta escola continuasse a prestar os seus serviços à toda a comunidade.

De acordo com Souza e Gerhke (2011) a educação do campo é concebida para muitos além da escola a integração de um “projeto de vida social no campo construído pelas pessoas que vivem na e da terra.” (p.7). Nesse ponto a educação escolar é entendida “como do e no campo”(p.7), ela é vista como um direito universal, considerando os diferentes níveis e modalidades de ensino, para todos os sujeitos do campo no local em que vivem e trabalham, promovendo, assim, emancipação humana e social.

Como parte da política de revalorização do campo, a educação também é entendida no âmbito governamental como uma ação estratégica para a emancipação e cidadania de todos os sujeitos que ali vivem ou trabalham, por colaborar com a formação das crianças, jovens e adultos no desenvolvimento sustentável regional e nacional.

As primeiras observações feitas na coleta de dados apresentam uma escola que desenvolve o ensino e aprendizagem em formato de multisseriação, onde vários anos estudam ao mesmo tempo no mesmo espaço, com um professor (a). Segundo Medeiros (2010), ao longo dos anos as Escolas do Campo multisseriadas persistem, mesmo com o avanço da Legislação Educacional e dos Programas Educacionais voltados para essa área. Esses fatos veem evidenciar que o ensino multisseriado tem sobrevivido ao longo dos anos e as políticas educacionais por viabilizar a escolarização para os estudantes que vivem em comunidades com baixa densidade populacional e os alunos tem dificuldades em acessar a Escola.

Ao observar a experiência dos professores com o ensino multisseriado, identificamos que a maioria deles teve suas primeiras experiências na própria escola, não tendo uma formação específica na graduação e muito menos na formação continuada. Nos escritos de

Libâneo (2004) encontramos que a inserção na realidade das escolas pesquisadas nos provocam a necessidade de desmistificarmos a lógica “naturalizada”, de que professores das escolas do campo não se comprometem com o trabalho educativo, sendo possível afirmar que na comunidade escolar existe “vontade de saber e vontade de mudar”. Em resposta ao questionamento anterior, observa-se a potencialidade da formação continuada dos professores, como possibilidade de consolidação de um espaço de reflexão e aprimoramento da prática educativa, através de estudos e da troca de experiências no interior das escolas (Libâneo, 2004). Processo que para os sujeitos desta pesquisa mostra um estranhamento, devido à lógica de formação oferecida encontrar-se limitada as práticas realizadas pelas secretarias de ensino, que segundo o quadro de professores, pouco contribui para a qualidade do trabalho, afirmando que: Precisa inserir além da formação nas áreas a necessidade de formação continuada, principalmente para escolas multisseriada. Assim, apresenta-se as respostas dos participantes do Estado, em relação a sua formação:

“Sou formada em licenciatura em Matemática, Física e Pedagogia, pós-graduação em Educação Especial” (Professora A).

“Tenho graduação na área das Ciências Biológicas e pós-graduação em Gestão Ambiental” (Professora B).

“Minha formação é em Letras (Língua Portuguesa, Espanhola e Literatura)” (Professora C).

“Graduação em História e pós em Educação Especial no Ensino Fundamental e Médio” (Professora D).

Esta afirmativa nos permite refletir sobre a condição econômica dos professores e suas implicações no processo de escolarização dos alunos, deixando a interrogação sobre tais aspectos: como qualificar as práticas de ensino, sem qualificar o nível de conhecimento e das condições materiais dos professores? Para Libâneo:

[...] na prática, os governos têm sido incapazes de garantir a valorização salarial dos professores levando a uma degradação social e econômica da profissão e a um rebaixamento evidente da qualificação profissional dos professores em todo o país. Em outros termos, ao mesmo tempo em que se fala da valorização da educação escolar para a competitividade, para a cidadania, para o consumo, continuam vigorando salários baixos e um reduzido empenho na melhoria da qualidade da formação profissional dos professores. (LIBÂNEO, 2004.p.65).

A desvalorização da classe docente é algo evidente em todas as modalidades de Ensino, muitos profissionais da Educação se veem desmotivados a continuarem sua formação por não ter muitas vezes subsídios financeiros para continuar estudando e por ter sua formação continuada pouco valorizada pelas instituições de ensino no âmbito municipal, estadual e federal, que não enfatiza a formação para atuar em salas de aula. Como não remunera, não tem muitas vezes subsídios, mas o docente faz constantes formações, já que até

mesmo a escola fornece isso pelo menos uma vez por ano. Trazendo isso é lastimável que nenhuma das professoras entrevistadas não tenha uma formação adequada para trabalhar em salas multisseriadas, o que muitas vezes pode prejudicar o aprendizado dos alunos. Esse fato não ocorre somente na Escola São José, mas em Escolas do Campo de todo o Brasil. As escolas multisseriadas e unidocentes são um desafio às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam historicamente um quadro da ausência do Estado e de gestão deficitária. Por essa razão, têm sido constantemente criticadas pela baixa eficiência e qualidade:

[..] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo aos anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental. (INEP, 2006, p.19)

Isso acontece constantemente, com muitos professores que são locados para lecionarem em Escolas do Campo multisseriadas, sem ter o mínimo de capacitação para trabalhar com essa forma de organização das turmas, por isso, acabam muitas vezes fracassando já que não possuem o mínimo de instrução para articular toda essa heterogeneidade existente dentro de uma mesma turma, como, por exemplo, idades diferentes, contextos, tempos de aprendizagem e conteúdos totalmente controversos.

Ramalho (1993) explicita que as dificuldades das professoras (as) de salas multisseriadas do campo não somente em relação à sua precária formação ela acarreta vários outros fatores que as desestimula a continuar aperfeiçoando suas práticas:

As professoras rurais de fato desassistidas, isoladas, pouco qualificadas e, esquecidas, querem se inserir de fato e de direito no sistema educativo, ter seu trabalho reconhecido institucionalmente quando reclamam a presença dos órgãos educacionais para acompanhar seu trabalho. Daí podem admitir que o reforço institucional à essa situação, na verdade, constitui-se num forte componente da desprofissionalização do magistério.(p.132 -133)

Processo que se ratifica na verificação de uma proposta educativa casada com a produção de conhecimentos desconectados da realidade camponesa (Lucas, 2001), regida por um currículo urbanizado e desenvolvido através de práticas bancárias (Freire, 1987). Ainda é possível observar que a ausência dos conhecimentos sobre a engrenagem socioeconômica, política e cultural do sistema capitalista, entre outros fatores, citam a base das relações hierarquizadas desenvolvidas na escola, desencadeando entre outros fatores, a negação da cultura e da realidade local, como forma de qualificação das práticas de ensino e aprendizagem, mantendo a proposta pedagógica distante dos saberes historicamente

produzido pelo campesinato. Os professores, quando questionados sobre esta realidade, afirmam que:

“Com o esforço de todos é possível dar significado para a aprendizagem e trabalhar com as dificuldades” (Professora A).

”Acredito que no momento em que professor e alunos criam uma forma de diálogo em que o aluno também tenha vez e voz nas aulas, a aprendizagem ocorre de forma mais prazerosa. Porém, para que a aprendizagem seja significativa não vai somente do esforço do professor os alunos também tem que ter consciência de que a educação pode fazer com que ele consiga mudar sua realidade, isso eu falo para os meus alunos aqui da escola” (Professora B).

“Aqui na escola é complicado de te responder positivamente á essa pergunta, pois nós professores tentamos o máximo fazer com que os nossos alunos aprendam alguma coisa, não somente conteúdos programáticos” (Professora C).

“Sabe que se fosse há outros tempos aqui na escola, era possível sim que o processo de ensino e aprendizado ocorre de forma significativa para alunos e professores, atualmente, mesmo com os nossos esforços diários está muito complicado de ocorrer, as salas multisseriadas possuem alunos com idades e mentalidades muito diferentes, o que dificulta muito aos professores dar sua aula, mesmo diversificando as metodologias, percebe-se que não querem nada com nada, somente ficar no celular e mais nada” (Professora D).

Como podemos constatar, todas as professoras, acordam com a afirmação de Menezes e Santos (2001), que dizem considerar esse tipo de organização um pouco problemático, já que julgam ser difícil trabalhar com duas turmas simultaneamente e que na escola são poucos os alunos que conseguem aprender com essa forma de organização escolar, pois o professor não dá a atenção devida para cada estudante e bem como ao conteúdo que ele está trabalhando.

De acordo com Vendramini

A aprendizagem e a formação experiencial são processos de aquisição de saberes que têm origem na globalidade de vida das pessoas, associadas à modalidade da educação informal. Esta se refere a situações educativas com base nos efeitos educativos e não nas intenções. (2007 p.128)

A educação do campo deve ser pensada nesta perspectiva em que o docente constrói com seus alunos o conhecimento, que tem como ponto inicial as experiências e o contexto sociocultural em que a escola está inserida, para que assim se possa posteriormente problematizar e analisar criticamente sua realidade com embasamento teórico científico.

Segundo INEP (2005):

As escolas multisseriadas e uni docentes são um desafio às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam historicamente um quadro da ausência do Estado e de gestão deficitária. Por essa razão, têm sido constantemente criticadas pela baixa eficiência e qualidade: [...] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica –

material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo aos anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental. (p.19)

Isso demonstra que os professores da área rural enfrentam as consequências da sobrecarga de trabalho, da alta rotatividade e das dificuldades de acesso e locomoção. Além disso, segundo Bönmann (2015), recebem salários inferiores aos da zona urbana e estão entre os que têm menor nível de escolaridade.

Segundo Druzian e Meurer (2013) é evidente que nas Escolas do Campo é preciso construir uma proposta educativa inovadora e organizada na multisseriação, que considere os aspectos como: “necessidade de investigar as diferentes formas de organização do trabalho pedagógico realizada em turmas diferenciadas por idade e aprendizagens, reformulação da proposta político pedagógica das instituições e do currículo, e políticas públicas que busquem a qualidade e as retirem do anonimato.” (p.14). O trabalho em salas multisseriadas é um grande desafio, mas que possui a vantagem de que o educador pode e deve ser o mediador na inter-relação entre as diferentes faixas etárias e o conhecimento, tornando a sua prática pedagógica mais dialógica, fortalecendo, desta forma, o respeito pelo outro, a valorização das diversidades, não somente dentro da sala de aula, mas também na sociedade e o entendimento de que é preciso partir da unidade para o todo.

Porém as autoras Druzian e Meurer (2013) trazem que esta forma de organização do ensino tem como desvantagem o despreparo do professor às mudanças, busca incessante por novas metodologias de trabalho, além do mais, de ter que elaborar planejamentos distintos para atender os diferentes tempos de aprendizagem dos alunos. Isso, muitas vezes, na prática torna-se algo impraticável, uma vez que o professor possui uma carga horária excessiva, não sendo disponibilizado tempo para planejamento e trocas de experiência com colegas. Exercer o papel, enquanto educador da escola do campo vai além de ensinar os alunos, pois se entende que seja necessário, a partir dos trabalhos na escola, na família e na comunidade escolar, fazer a diferença, respeitando a existência de tempos e modos diversos de ser, viver e produzir.

Essa interação entre os alunos e a professora é um ponto chave para o trabalho em salas multisseriadas. É necessário, portanto, que o docente reconheça que os alunos aprendem uns com os outros, assim elabore situações de aprendizagem que estimulem a cooperação e a interação para que assim aconteça o processo de ensino e aprendizagem. Considerando isso, Ribeiro (2008) afirma que essa interação entre os sujeitos se constitui uma forma necessária ao desenvolvimento da ação no plano mental, tendo em vista que as experiências humanas

históricas e culturais não se consolidam somente em objetos materiais, mas também na linguagem. Tendo em vista essa questão às professoras ao relatarem sobre suas metodologias trouxeram os seguintes afirmativas:

“As metodologias são meio restritas já que o perfil dos estudantes da nossa escola não nos permite inovar em nossas práticas. Mas, em minhas aulas faço trabalhos em grupo, as discussões às vezes funcionam às vezes não, não consigo trabalhar os mesmo conteúdos com as duas turmas, por serem diferentes. Uso calculadora, celular com eles, pesquisas na internet e na biblioteca” (Professora A).

“Às vezes consigo trabalhar algumas coisas juntas, mas raramente, trabalhar com salas multisseriadas é desafiar-se diariamente, pois nem sempre o que se planeja se consegue atingir. Faço trabalhos em grupo, uso com eles a biblioteca para fazer pesquisa e a internet, sala de vídeo, etc” (Professora B).

“Minhas metodologias são trabalhos como forma de avaliação, já que prova sem chance de serem feitas nestas turmas, ouço as ideias dos alunos, questiono-os sobre suas hipóteses, (isso quando possível), jogos, porém nem sempre funcionam e aula em que eu exponho e os alunos ouvem, mas mesmo assim com duas turmas ocupando o mesmo espaço o aprendizado é reduzido, pois conteúdos diferentes em turmas diferentes acabam se dispersando e não prestam atenção, caindo na monotonia daquela frase em que diz “eu finjo que ensino e os alunos fingem que aprendem”, é bem isso que ocorre aqui em nossa escola” (Professora C).

“Como são salas multisseriadas, tem conteúdos em que eu consigo trabalhar com as duas turmas juntas, mas nem sempre isso é possível, na maioria das vezes eu trabalho o conteúdo com uma das turmas dou atividade, e explico pra outra, aí até que estas faz o tema corrijo da outra turma. Às vezes faço leitura em grupo, trabalhos com consulta” (Professora D).

Portanto, ao se tratar do processo educacional o fazer pedagógico recebe destaque, pois é durante esse processo que se estabelece a relação complexa do ensinar e aprender, Zabala (1998), exemplifica essa conceituação afirmando que “os efeitos educativos dependem da interação complexa de todos os fatores que inter-relacionam nas situações de ensino: tipo de atividades metodológicas, aspectos materiais da situação, estilo do professor, relações sociais, conteúdos culturais” (p.15). Este conceito é enfatizado nas falas das professoras, pois se as metodologias adotadas pelas professoras em salas de aula “regulares”, já são difíceis de serem pensadas, já que demanda estudo e planejamento para que o objetivo que é processo de ensino e aprendizagem ocorra de maneira significativa para todos os envolvidos, em salas multisseriadas esse trabalho é mais árduo, pois dentro destas salas encontram-se diferentes níveis de aprendizado e o professor precisa vencer conteúdos diferentes, dar atenção

individualizada aos alunos com dificuldades e atender as duas turmas ao mesmo tempo, é uma maratona diária, que nem sempre se consegue atingir os melhores resultados.

Cada criança possui seu próprio ritmo de aprendizagem dentro da sua subjetividade apresenta um ritmo único no processo de evolução tanto intelectual, física e sócio afetiva. Segundo Caiado (2014) cada indivíduo tem uma história particular e única, formada por sua estrutura biológica, psicológica, social e cultural. Esse fator ocorre tanto no ambiente familiar, quanto no escolar. Da mesma forma que uma criança engatinha, fala, anda. precocemente ou tardiamente em relação uma das outras, no processo de aprendizagem ocorre o mesmo com o aluno. Sugere-se como ponto de partida, a elaboração de um projeto de ensino que estabeleça como objetivo, atender todos os alunos, independente da capacidade que eles venham a apresentar. Ou seja, alunos lentos ou rápidos, alunos que tendem mais para o lado competitivo ou colaborativo, alunos oriundos de famílias estruturadas, desestruturadas, que apresentem necessidades especiais, entre outros.

Considerando a escola um ambiente em que todos devem ser tratados com igualdade, o ideal é que os alunos tenham as mesmas oportunidades, porém, essas podem ser aplicadas de forma diferenciada, dependendo do ritmo de cada um. Desta forma, solicitamos para que as professoras relatassem como é trabalhar com os diferentes tempos de aprendizado:

“É desafiar-se constantemente, porque temos alunos com necessidades intelectuais, alunos com medida protetiva, aluno fora da idade série, aluno drogado, alunos que não vem e somente quatro alunos do Campo” (Professora A).

“Aula é pouco que se consegue dar, precisa retomar a base dos conteúdos” (Professora B).

“É bem complicado, pois já tivemos casos aqui na escola de receber um aluno do 5º Ano sem saber ler, é bem comum ter que retomar conteúdos básicos com eles já que em 1 ano em salas multisseriadas, na atual configuração da escola, é impossível vencer os conteúdos” (Professora C).

“É um desafio, pois em uma mesma sala de aula você tem alunos, que aprendem em um piscar de olhos, outros só estão ai de corpo presente, outros ainda possuem dificuldades de aprendizado, além de ser uma sala multisseriada” (Professora D).

É evidente que essa diversidade de tempos de aprendizagem é um desafio para qualquer professor, não somente em salas multisseriadas. O professor é desafiado diariamente para encontrar diferentes metodologias para que consiga fomentar o processo de ensino aprendizagem. Como pudemos constatar a escola possui alunos com os mais diferentes níveis de aprendizado e de contextos familiares. São fatores decisivos para que as professoras pensem métodos de aprendizagem para seus alunos, de maneira diversificada, pois trabalhar

com diferentes tempos de aprendizagem leva o professor estar em constante formação, buscando aperfeiçoar-se cada vez mais, para assim atingir seu principal desafio que é aprendizagem significativa de seus alunos.

A resposta das professoras é unânime quantos ao despreparo tanto delas, quanto da própria escola em trabalhar com tempos de aprendizado tão diversificados, pois a configuração dos alunos da escola vem se modificando, atualmente são 4 alunos que residem no campo e estudam na escola e restante vêm da cidade, por serem considerados “alunos problema”, nas outras escolas. Então, são nucleados para a escola São José, para que a escola tenha uma quantidade mínima de alunos e continue adiando o seu fechamento.

Essa situação vem prejudicando e muito o aprendizado dos alunos, pois estes alunos nucleados da cidade, segundo as professoras, só vêm por vir na aula, não estão interessados em mudar sua condição social de vida.

Contemplar á todos os tempos de aprendizado em uma sala de aula muito heterogênea vem sendo um desafio dos professores que trabalham na escola, além de que o professor sempre idealiza que seus alunos sejam todos perfeitos e aprendam todos da mesma forma. O autor Bernad Charlot (2006), em uma entrevista a revista Nova Escola, quando questionado sobre “Porque os professores criam imagem de um aluno ideal?”, discorreu a seguinte resposta:

Essa questão é muito complicada. O professor espera encontrar em sala de aula um clone ideal dele mesmo, ou seja, uma pessoa que ele gostaria de ser: crítico, reflexivo, leitor e dedicado. Mas o professor também deseja alunos obedientes. E essa contradição é insolúvel. Como ser, ao mesmo tempo, obediente, crítico e inquieto com a realidade? Na verdade, os critérios estão quase sempre baseados no comportamento: muitos acreditam que o bom aluno é aquele que não atrapalha o andamento da aula, chega na hora certa, levanta a mão para fazer perguntas inteligentes e conta com o interesse dos pais pelos estudos. (p.1)

Acreditamos que temos alunos ótimos, tanto em salas regulares, quanto nas multisseriadas, pois temos dentro de cada sala de aula alunos que possuem subjetividades diferentes, contextos socioculturais e familiares diversificados e conseqüentemente modos de aprender também. Por isso, a importância do professor ter um olhar crítico-sensível sobre as suas turmas, buscando sempre criar estratégias que envolvam todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Medrado (2012) afirma que:

Sem formação, sem informação sobre as classes multisseriadas, muitos professores e coordenadores se sentem desorientados sem saber como proceder à frente as especificidades da educação do campo e assim também como elaborar e desenvolver uma proposta educacional que atenda às necessidades das séries/anos que compõem a multissérie (p.142).

Então, é preciso que o professor de Escolas do Campo multisseriada esteja em constante formação profissional, quanto mais conhecimento obtiverem melhor serão suas práticas pedagógicas na sala de aula e o aprendizado dos alunos. Mas, para isso o professor deve conhecer bem seus alunos para saber o que pode ou não trabalhar com a turma ou com cada estudante dentro de sua subjetividade e o seu tempo de aprendizado.

No que diz respeito ao fechamento das Escolas do Campo e quais as suas interrogações quanto a isso, foi obtido o seguinte resultado:

“É uma lastima, pois ao fechar uma escola fecha também a comunidade também, já que o jovem sai para estudar na cidade e acaba ficando por lá, não retornando mais para a propriedade, para garantir a sucessão familiar” (Professora A).

“É algo inadmissível, pois a partir do momento em que são cessadas estas escolas, tudo para, inclusive a localidade aonde esta está inserida, deverias-se fortalecer a permanência da juventude por meio da Educação, porém os nosso poder administrativo municipal faz ao contrário, prefere que os estudantes imigrem para a cidade para continuarem seus estudos e acabam ficando por lá por ter maior facilidades em conseguir emprego, na verdade é isso para isso que a educação está voltada em nosso município para a mão de obra barata na zona urbana, desqualificando totalmente a educação, que já não é mais vista como algo importante para o individuo crescer em conhecimento, reflexões e fazer uso da cidadania dentro da sociedade em que está inserido” (Professora B).

“Ao chegar a tal ponto percebe-se que os governantes principalmente da esfera municipal, pois parte deles a intenção de fechar as Escolas do Campo, principalmente as municipais, e é nítido que as comunidades onde estas escolas estavam localizadas a diminuição dos habitantes destas, e a da renda que esta dá para o município, pois os poucos que permanecem são já idosos e não conseguem tocar a propriedade sozinha. Fechar as escolas do Campo é a pior das medidas que um governo pode tomar, pois se acaba com uma cultura, uma comunidade e também com a agricultura” (Professora C).

“Como os jovens estão cada vez mais cedo indo para a cidade, inicialmente para estudar, já que as Escolas do Campo aonde frequentavam cessou, ela se torna mais atrativa, “enche os olhos da piaçada”, que veem no meio urbano um modo de vida mais “fácil”. E também é preciso desconstruir aquele conceito de que para ser agricultor não precisa estudar claro que é preciso, um agricultor bem instruído tem maiores chances de competir com seus produtos no mercado, bem como produzir algo que seja rentável, buscando reduzir custos. Se continuarem nesse ritmo com as cessações das Escolas do Campo no Rio Grande do Sul, não teremos praticamente mais jovens no meio rural, e os produtos oriundos da agricultura, só serão produzidos pelos grandes latifundiários ou exportados de

outros países, aumentado o preço destes para o consumidor, alimentado ainda mais o nosso sistema capitalista” (Professora D).

Esse fechamento como mencionados pelas professoras entrevistadas e de acordo com Costa; Etges e Vergutz (2006) “à granel”, ou seja gradativamente as Escolas do Campo vão sendo fechadas. O fechamento das Escolas do Campo traz consigo um discurso na maioria das vezes, de modernidade, mas que na verdade é uma ilusão já que os municípios e estados não diminuem os gastos por serem consideradas de “difícil acesso” e que passam a aperfeiçoar os professores nas escolas maiores, além de prometerem aulas nos laboratórios de informática e acesso à *internet*, como uma das ferramentas pedagógica aos estudantes, melhoria na qualidade da alimentação escolar. Não obstante, a oferta de transporte gratuito e regular as comunidades “remotas” do Campo, são expedientes utilizados por gestores públicos para legitimar o fechamento de tais educandários multisseriados e “distantes” das sedes dos municípios, obrigando-os á estudarem em escolas urbanas lhes negando sua própria origem.

Muitas vezes por questões de poder os “representantes” fazem uso de seu discurso para convencer aos agricultores que seus filhos terão uma melhor qualidade de ensino se estudar em escolas urbanas, negado o direito que possuem de ter o ensino ministrado em uma escola de sua comunidade ou em outra vizinha, sem sair da sua realidade do campo. Costa; Etges e Vergutz (2006) explicitam que é urgente perceber o Campo como um espaço de vida dos seus sujeitos, onde estes se relacionam e tecem no cotidiano as suas relações sociais.

Tendo em vista que a Educação voltada ao público do campo considerado um dos pilares que influencia na permanência dos jovens no campo identificou nas falas dos professores (as) que:

“Convencer o jovem a ficar na propriedade é o que enfatizamos sempre, mas não é porque vão ficar na “roça”, que os estudos não são importantes, os estudos são um dos meios para que eles adquiram novos conhecimentos que sejam significativos, que poça auxiliá-los quando serem sucessores da pequena propriedade herdada dos pais sabendo em que investir para que ela se torne uma propriedade que gere lucros” (Professora A).

“O jovem precisa entender que a cidade não é as maravilhas que muitos pregam, claro que ilusoriamente se ganha mais do que no meio rural, o que parecia ser um salário razoavelmente bom não sobra quase nada, isso quando o que se ganha é somente para se manter mesmo. Já no campo a situação já muda, pois grande parte dos agricultores tem terra. Simplesmente porque hoje a educação com o fechamento das Escolas do Campo não estimulam estes jovens á permanecerem com suas raízes no campo, então cabe ás poucas

Escolas do Campo esse papel de incentivar a sucessão das pequenas propriedades, mas ao mesmo tempo mostrar para eles que estudar também é importante no meio rural” (Professora B).

“Nós professores da Escola do Campo precisamos atenuar á isso de convencer os nossos estudantes, de que o campo pode sim ser um meio de sobrevivência rentável, basta que eles como futuros administradores dessas terras não invistam somente em tecnologias, mas sim em conhecimento este é fruto de muito estudo científico e também não se pode desconsiderar as experiências de seus antecessores que também podem ter muito a contribuir para que a sua administração da propriedade dê certo” (Professora C).

“Sempre falo em minhas aulas, que do modo em que o meio rural vem se configurando, em um tempo não muito distante não teremos mais jovens no campo, conseqüentemente as propriedades serão desvalorizadas e vendidas a preços baixos, fazendo com que o preço dos alimentos gerados a partir da agricultura seja exorbitante. Por isso, o jovem que permanecer no campo e ao mesmo tempo se profissionalizando para manter a sua propriedade tem grandes chances de dar bem. Administrar a propriedade é um grande desafio, mas não é impossível se o jovem ir em busca sempre de novos conhecimentos que sejam favoráveis á sua propriedade. Na sala de aula especialmente na Escola do Campo se percebe que os alunos que têm menos condições financeiras são que mais valorizam os estudos, sua propriedades, pretendem estudar e permanecer no campo aplicando seus conhecimentos na propriedade” (Professora D).

A Educação sendo um dos pilares de permanência dos jovens no campo, pois através dela, pode-se fortalecer a identidade dos jovens de ser agricultor, essa questão é reverenciada por todas as professoras entrevistadas. A permanência deles no meio rural é uma forma de fortalecimento da agricultura familiar e, logo, uma forma de resistência ao latifúndio. No entanto, para que a educação seja responsável pela permanência dos jovens no campo é necessário concebê-la além de seus aspectos formais, é preciso abordá-la em sua totalidade, como prática transformadora e revolucionária, para que não seja mera reprodutora dos valores dominantes da sociedade, mas sim que a Educação seja um aliado rumo à transformação social.

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que têm o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo. No, porque “o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive”. Do, pois “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 26).

Nesse sentido, o conceito de campo busca ampliar e superar a visão do rural como local de atraso, no qual as pessoas não precisam estudar ou basta uma educação precarizada e

aligeirada. Campo, nesta concepção, é entendido como lugar de vida onde as pessoas produzem conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Há uma produção cultural no campo que deve se fazer presente na escola. Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, melhor, é o ponto de partida das práticas pedagógicas na Escola do Campo. Sendo assim, esta compreensão de campo vai além de uma definição administrativa, configurando-se como um conceito político, ao considerar as especificidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica (VEIGA, 2003).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como foco principal identificar quais as implicações que resultam no fechamento das Escolas do Campo no município de Barão de Cotegipe. O fechamento das Escolas do Campo nos últimos anos tem se tornado um hábito frequente nos municípios, não somente do estado do Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. Embora, muitas vezes, esse fato seja algo legalmente aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. Atualmente no Estado existe em aberto uma Sindicância apurando a legitimidade e a legalidade da cessação das Escolas do Campo nos últimos anos, mas no que podemos revelar que grande parte dos municípios, inclusive o município de Barão de Cotegipe, possui irregularidades, pois alguns tramites legais não foram cumpridos adequadamente. Se hoje um destes pais decidir que seu filho vai volta a estudar na escola em que ele estudava e levar essa demanda para a Secretária Municipal de Educação, esta deverá reabrir a escola, mesmo que seja somente para um aluno matriculado, exatamente por não estar judicialmente cessadas legalmente.

Perante á pesquisa documental, realizada com os documentos/processos em que a Secretária Municipal de Educação e Cultura- SMEC, de Barão de Cotegipe encaminhou para a Secretária de Estado da Educação do Rio Grande do Sul. Nestes documentos constam a apreciação irregular do conselho perante o fechamento destas Escolas, o resultado da Sindicância instaurada para verificar tal irregularidade, a justificativa da Secretária Municipal de Educação e Cultura para o descredenciamento das Escolas do Campo e o diagnóstico dos impactos desta cessação das Escolas do Campo municipais.

O grande embate é o descumprimento da Resolução nº329/2015, principalmente no que discorre sobre o período de 180 á 360 dias antes do fechamento das Escolas do Campo, sendo que o município cessou estas Escolas do Campo um ano antes de dar entrada ao processo de descredenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação. Hoje após uma nova administração municipal assumir o cargo essa situação continua, porém são estes administradores que estão respondendo ao processo instaurado, sem que tivessem a autoria do fato.

Essa é a grande inconformidade em que muitos municípios cessam as Escolas do Campo no intuito de conter gastos e melhorar a qualidade do ensino ofertado, porém não é o que acontece, os gastos permanecem os mesmos, pois se os alunos tivessem sido nucleados para as Escolas do Campo do município o trajeto escolar seria o mesmo, e não se teria gasto, segundo Guazzelli (2016), quatro milhões de reais na construção de uma nova escola, , aonde poder-se-ia ter investido esse dinheiro na melhoria das infraestruturas das Escolas do Campo

existente no município, contratação de pessoal para fazer a alimentação e limpeza e na contratação de mais professores, assim cada turma teria seu professor o que contribuiria para que o processo de ensino e aprendizagem acontecesse de forma expressiva entre os alunos.

É algo inadmissível o Município nuclear todos os alunos para uma nova escola, construída no perímetro urbano da cidade, sendo que o município possui em aberto duas escolas estaduais que tem sua localização na zona rural, sabendo que muitos destes alunos residem próximos a estas escolas, ressaltado ainda, que o trajeto até a cidade torna-se mais longo e cansativo.

A cessação das Escolas do Campo e a nucleação dos alunos para as escolas urbanas é degradar o direito à educação amparado por Lei, na Constituição de 1988. A nucleação deve proceder para outra Escola do Campo próxima da escola cessada para que os alunos não sejam “retirados” do seu contexto, descontextualizando o processo de ensino e aprendizagem.

A Educação do Campo se mostrou importante para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e mudanças na percepção e no hábito dos professores e seus alunos promovendo uma consciência melhor sobre a importância da vida no campo, esse é um dos objetivos da Educação do Campo buscar construir estratégias para que o jovem permaneça no campo, mas que esta permanência se concretize, não basta apenas que o jovem permaneça no campo é preciso que haja profissionalização/formação, ou seja, que o jovem continue estudando mesmo residindo no campo, quebrado o paradigma de que o pessoal do campo é um sujeito sem instrução e sem conhecimento.

As Escolas do Campo, mesmo tendo sua organização em salas multisseriadas, precisam oferecer um processo de ensino e aprendizagem com qualidade. Porém, são tantas dificuldades ao mesmo tempo, com os vários anos na mesma sala, que pensamos ser difícil ter qualidade no ensino. Existe a necessidade de uma educação que promova o desenvolvimento dos saberes de forma a permitir que o aluno tome suas próprias decisões sobre a sua profissão futura que não necessita estar ligada à terra sem perder a sua identidade, cultura e história de vida.

Para promover uma educação popular do campo que possibilite superar a situação precária da educação, existente atualmente no campo torna-se premissa a necessidade da formação de educadores para superar tal quadro e para garantir que os princípios da educação sejam bem constituídos. Tanto que é necessário o desenvolvimento de cursos que promovam as competências necessárias para um ensino de qualidade que leve em conta as especificidades do campo.

Os fatores para o fechamento das Escolas do Campo em Barão de Cotegipe estão relacionados, muitas vezes, as escolas dos espaços rurais serem consideradas como inferiores e trabalharem com a metodologia de salas multisseriadas e unidocentes, professores com qualificação menor para o trabalho, como visto, denominados de Regentes de Ensino. Aliado a estes, temos também motivos referentes a estabelecimentos em condições precárias, poucos recursos pedagógicos e bibliotecas de baixo acervo, além de ter um número bem reduzido de alunos e de ter pouquíssimo recursos para se manter essas escolas abertas. Segundo a Secretaria de Educação, tais aspectos eram considerados obstáculos à educação de qualidade, então é preferível cessar essas escolas e nucleá-las para outras Escolas do Campo para que assim o currículo seja voltado para o contexto dos alunos do Campo. Na entrevista ficou evidente que lecionar em uma escola multisseriada é um grande desafio, justamente porque quase não existem professores formados com seus estudos direcionados para a área da multisseriação, o que é lamentável, pois este despreparo prejudica o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Algumas considerações que se tornam pertinentes sobre o trabalho realizado, preliminarmente gostaríamos de explicitar que o universo escolar promovido pelas Escolas do Campo gera um campo de trabalho com extraordinária riqueza que possibilita diversos outros estudos que complementam e desenvolvam o entendimento sobre as qualidades e peculiaridades da educação do campo. Como constatamos ao longo da nossa pesquisa o fechamento das Escolas do Campo é uma agressão para toda uma sociedade camponesa que luta em prol de seus direitos, mesmo estes garantidos por lei, como acontece na área da educação, aonde esses indivíduos tem o direito de estudarem em uma Escola do Campo, podendo ser localizada na própria comunidade ou em outra próxima da localidade.

Porém, com o passar dos anos muitas pessoas imigraram para a cidade em busca de novas oportunidades, diminuindo a densidade populacional do campo, devido a um discurso criado para isso (ideologias), falta de políticas públicas educacionais e sociais, o que traz à tona um dos fatores cruciais para que ocorra a cessação destas Escolas do Campo, diminuindo a população rural conseqüentemente diminui-se a quantidade de alunos matriculados, assim os órgãos governamentais ou organizam as escolas em turmas multisseriadas ou fecham estas e nucleiam os alunos para as escolas da cidade.

É lastimável quando visitamos uma comunidade em que havia uma Escola do Campo, pois é bem evidente que a comunidade vai se enfraquecendo e acabam que grande parte vai também residir na cidade, já que parte da família sai para estudar e não retorna para dar sucessão à pequena propriedade.

Após uma análise documental averiguamos que a SMED de Barão de Cotegipe atuou de forma precipitada em relação ao fechamento das Escolas do Campo do município, pois se poderia ter pensado em outras estratégias como a nucleação para outro educandário do campo, já que todas estas escolas cessadas estão localizadas próximas às duas Escolas do Campo da rede estadual, sendo que o transporte transita por todas elas antes de chegar na Escola São José e da Escola Miguel Wawruch.

Outro ponto que foi relevante durante a pesquisa é o despreparo na formação das professoras que atuam em turmas multisseriadas, já que não possuem nenhuma formação específica para tal. Acreditamos que o Estado deveria ter um olhar diferenciado para estes professores e realizar formações voltadas para o trabalho em salas multisseriadas, visando assim uma melhor qualidade do ensino para estes sujeitos que são tão marginalizados pela sociedade capitalista em que vivemos.

Desconstruir todos estes paradigmas impostos pela sociedade sobre essa grande parcela da população brasileira é um dos grandes desafios, por isso devemos partir da Educação, lutando contra esse grande número de fechamento de Escolas do Campo que vem ocorrendo nos últimos anos, que fazem com que se perca a identidade dessas pessoas do campo precisam ser preservadas e evidenciadas, não somente nas Escolas do Campo, mas por todo um povo e uma nação.

7. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Pedagogia em movimento**: O que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (org.). **Por Uma Educação do Campo**: Vozes, 2005.

AZEVEDO, Fernando de. A Reconstrução Educacional do Brasil: ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Rio de Janeiro, 1932.

BERTO, Édine. **Escola Estadual Valentim Berto**: Da criação à nucleação. 2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.ht . Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 9394/96.

_____. **Decreto de Lei N°96.13/46**.

_____. BRASIL. Decreto lei n. 4.024, de 20/12/1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 05 out. 2017.

_____. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Cadernos do Secad. 2007.

_____. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4533.pdf> . Acesso em: 20 jul. 2017.

CALDART, Roseli Salette. **Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. In: _____. MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Por uma Educação Básica do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 10 a 31.

COSTA; ETGES e VERUTZ. A educação do campo e o fechamento das escolas do campo. Universidade de Santa Cruz do Sul. 2006.

FENG, Lee Yun. **Projeto Educação do Campo**: estratégias e alternativas no campo pedagógico. São Paulo. Centro Universitário de Araraquara. 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades:** Barão de Cotegipe/RS. 2007. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430170> . Acesso em: 23 de jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar da educação básica 2016:** Notas estatísticas. Brasília: MEC. 2017.

LEHER, Roberto. Educação popular e luta de classes: um tema do século XXI. s/d.

MARTINS, F. J. Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar. In: **II Congresso Internacional de Pedagogia Social**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Disponível em: < pt=sci_arttext > . Acesso em: 30 de out. 2017.

MEDEIROS, Maria Diva de. **A escola rural e o desafio da docência em salas multisseriadas:** o caso de Seridó norterriograndense. 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete classes multisseriadas. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/classes-multisseriadas/>. Acesso em: 27 de jun. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf> . Acessado em: 20 de out.2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA. PRONAF JOVEM: Crédito Rural para Juventude da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137918179.pdf> . Acesso em: 20 de out.2017.

QUADROS, Claudemir. **Brizoletas:** A ação do governo Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). Teias: Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan/jun 2001.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11^aed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, L. H., As experiências de formação de jovens do campo – Alternância ou Alternâncias? Viçosa: UFV, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação** trabalho: Reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/> . Acesso em: 30 de jun.2017.

XAVIER, Paulo. A est,ncia. In: PRADO, Áurea (Coord.). Rio Grande do Sul: terra e povo. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 75-87.

8 APÊNCIES

Apêndice I

Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO DO PARTICIPANTE

Estamos realizando um projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE/RS**. O (a) Sr(a). foi plenamente esclarecido de que participando deste projeto, estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como objetivo analisar as implicações políticas e educacionais que possibilitou o fechamento das Escolas do Campo no Município de Barão de Cotegipe.

Embora o (a) Sr(a). venha a aceitar a participar deste projeto, está garantido que o (a) Sr(a). poderá desistir a qualquer momento bastando para isso informar sua decisão. Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro o (a) Sr(a). não terá direito a nenhuma remuneração. Os riscos para participar do desenvolvimento da presente pesquisa pode ser o constrangimento e/ou desconforto. Para minimizar a ocorrência dos riscos o pesquisador, deixará claro o caráter facultativo da adesão. Os participantes não serão identificados.. Os dados referentes ao Sr(a). serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução no 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, sendo que o (a) Sr(a). poderá solicitar informações durante todas as fases do projeto, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta. A coleta de dados será realizada por Elisiane Angélica Arsego Consorte (fone: 99609-7709) do 10º semestre da Graduação de Pedagogia– Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul e orientada pelo professor Almir Paulo dos Santos.

Assinatura do participante

Erechim, 26 de setembro de 2017

Apêndice II

Entrevista



TRABALHO ACADÊMICO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.

ACADÊMICA: Elisiane Angélica Arsego Consorte

PROFESSOR ORIENTADOR: Almir Paulo dos Santos

QUESTÕES PARA AS PROFESSORAS DE SALAS MULTISSERIADAS

- 1 – Dados dos sobre o entrevistado:
 - a) Quanto tempo é professor (a) e sua formação;
 - b) Quanto tempo trabalha na escola
 - c) Quanto tempo você trabalha com o ensino multisseriado;
- 3– Como desenvolve o ensino aprendizagem, já que está com diferentes séries?
- 4– Quais as principais dificuldades nesse processo de ensino aprendizagem.
- 5 – Quais as metodologias que você utiliza com seus alunos?
- 6 - Você acredita que é possível que o processo de ensino/aprendizado ocorra de forma significativa? Como isso é possível? Multiseriada e na Educação do Campo.
- 7-Como lidar/ trabalhar com os diferentes tempos de aprendizagem em uma turma multisseriada?

8- Como é ser professor da educação do campo? O que é bom e quais as dificuldades.

9- Sobre a permanência do jovem no campo?

10- Sobre o fechamento das escolas do campo, quais as suas interrogações e reflexões?

11– Alguma questão sobre a educação do campo que não está contemplada neste diálogo?

12 – Deixar aberto e perguntar que contribuição é possível fazer para ajudar na formação do licenciado.

Apêndice III

Relatório do Conselho Estadual de Educação